CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Eduardo de Almeida Silva

A CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL MEDIADO POR SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

Rio de Janeiro
2024

Eduardo de Almeida Silva

A construção do letramento racial mediado por sequências didáticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Veronica Eloi de Almeida
Coorientadora: Profa. Dra. Rosa Lidice de Moraes Valim

Rio de Janeiro
2024

EDUARDO DE ALMEIDA SILVA

A CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL MEDIADO POR SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

A Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram desta defesa de dissertação.

Examinado por:

gov.br Documento assinado digitalmente
VERONICA ELOI DE ALMEIDA
Data: 04/03/2024 12:22:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Veronica Eloi de Almeida, D. Sc. (UniCarioca)
Presidente da Comissão Examinadora

Prof. Alessandro Jatobá, D. Sc. (UniCarioca)

Prof. Alexandre do Nascimento, D. Sc. (FAETEC)

Rio de Janeiro
2024

S581c Silva, Eduardo de Almeida.
A construção do letramento racial mediado por sequências didáticas. / Eduardo de Almeida da Silva. – Rio de Janeiro, 2024.
89 f.

Orientadora: Veronica Eloi.
Coorientadora: Rosa Lidice de Moraes Valim.
Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2024.

1. Educação básica. 2. Interdisciplinaridade. 3. Antirracismo. 4. Aprendizagem significativa. I. Eloi, Veronica, prof. orient. II. Valim, Rosa Lidice de Moraes, prof. coorient. III. Título.

CDD 371.344

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida e ter iluminado meu caminho durante esta jornada. Ao meu pai e minha mãe, que são os responsáveis pela construção da minha educação e formação do meu caráter para que eu chegasse aonde estou. Especialmente, dedico este trabalho a todos que pavimentaram o caminho para que eu chegasse até aqui. Dedico ainda a meus alunos e colegas professores, que sempre foram porto seguro nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores, Dra. Veronica Eloi de Almeida, pela orientação, correções, amizade, palavras de incentivo e carinho durante esse período, por depositar confiança no meu desempenho e acreditar no meu potencial, abrindo as portas para conhecimento além do mundo acadêmico.

À professora Dra. Rosa Lidice de Moraes Valim, por todo o apoio teórico pré-exploração de dados e pós-exploração.

Estendo o agradecimento a todos os professores do programa, por enriquecer meu conhecimento e contribuir para o desenvolvimento tecnológico deste trabalho, em especial aos coordenadores Dra. Ana Paula Legey e Dr. Antônio Carlos Mól, por estarem à frente deste grande projeto e por terem me concedido a oportunidade de fazer parte da história deste mestrado.

Aos meus amigos de turma, que, de forma muito especial, foram importantes nesta minha caminhada, se disponibilizando sempre em ajudar, em especial Gessica, companheira de turma e de angústias.

Meus pais e familiares, que me deram suporte e atenção nos momentos difíceis pelos quais passei em busca desse título e na construção deste trabalho.

Aos meus amigos e às pessoas que moram em meu coração, tanto pelo incentivo quanto pela ajuda na estruturação do meu trabalho. Cada choro foi estancado por seus ombros, em especial o SEU!

Aos educadores que disponibilizaram seus relatos para darem base de dados para esta dissertação.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

"Em nós, até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza (...)".

Luiz Gama

RESUMO

A educação antirracista representa o tema sobre o qual está se debruçando esta dissertação, intitulada *A Construção do Letramento Racial Mediado por Sequências Didáticas e Tecnologias Digitais*. A respeito desse tema, é importante mencionar que a escola precisa ser palco de debate e ambiente de transformação, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) preconiza, em seu Artigo 3º, uma educação que busque a diversidade. Esta pesquisa questiona a não existência de materiais e práticas que construam uma imagem de protagonismo e luta antirracista na Educação Infantil e Básica. A não existência de um referencial de ampla abordagem acerca desse tema, mesmo sendo um assunto amplamente debatido em teoria na academia, faz com que práticas exitosas não sejam observadas em escolas de Educação Básica. Acredita-se que é necessário construir mecanismos que auxiliem os professores a abordarem o tema de forma natural, com uma linguagem sem preconceitos de qualquer forma ou marca, para construir uma prática educacional antirracista. Esta dissertação pretende relatar como a educação antirracista, a partir de propostas pedagógicas aliadas a recursos digitais, pode contribuir para uma abordagem inclusiva em sequências didáticas pensadas para alunos da Educação Básica. Para alcançar tal objetivo geral, foi preciso: (1) realizar pesquisas bibliográficas para delinear os conceitos de racismo estrutural, educação inclusiva e práticas antirracistas na educação; (2) pesquisar a respeito de práticas pedagógicas antirracistas bem-sucedidas realizadas em escolas brasileiras na última década; (3) realizar preliminar de pesquisa; (4) realizar relato de experiência; (5) analisar dados de campo à luz dos dados bibliográficos. Alguns autores formaram a base para o desenvolvimento do marco teórico desta dissertação, a saber: Paulo Freire (1968), Angela Davis (2013), Milton Santos (1998) e Maria Aparecida Silva Bento (2002). Com as informações e dados confrontados com a bibliografia, percebeu-se a viabilidade das práticas antirracistas em turmas de Educação Básica, por meio do desenvolvimento de material didático que contribuiu efetivamente para a ação dos professores em práticas antirracistas e não discriminatórias, através da aprendizagem significativa pavimentada por sequências didáticas interdisciplinares. Por fim, percebeu-se o caminho para uma ampliação da visão de diversidade racial em alunos da rede pública do Sul do Estado do Espírito Santo, contribuindo para a construção de novas práticas pedagógicas acerca do tema racial.

Palavras-chave: Educação básica; interdisciplinaridade; antirracismo; aprendizagem significativa.

ABSTRACT

Anti-racist education represents the theme on which this dissertation entitled “The Construction of Racial Literacy Mediated by Didactic Sequences and Digital Technologies” is focused. Regarding this topic, it is important to mention that the school needs to be a stage for debate and an environment for transformation, since the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB 9394/96) recommends in its third article an education that seeks diversity. This research questions the non-existence of materials and practices that build an image of protagonism and anti-racist struggle in early childhood and basic education. The lack of a broad approach to this topic, even though it is a subject widely debated in theory in academia, means that successful practices are not observed in basic education schools. It is believed that it is necessary to build mechanisms that help teachers to naturally approach language without prejudice of any form or brand in order to build an anti-racist educational practice. This research aims to report how anti-racist education based on pedagogical proposals combined with digital resources can contribute to an inclusive approach in teaching sequences designed for Basic Education students. To achieve this general objective, it is necessary to: (1) carry out bibliographical research to outline the concepts of structural racism, inclusive education and anti-racist practices in education; (2) research about successful anti-racist pedagogical practices carried out in Brazilian schools in the last decade; (3) carry out preliminary research; (4) carry out an experience report; (5) analyze field data in light of bibliographic data. Some authors were the basis for the development of the theoretical framework of this dissertation, namely, Paulo Freire (1968), Ângela Davis (2013), Milton Santos (1998) and Maria Aparecida Silva Bento (2002). With the information and data compared with the bibliography, the viability of anti-racist practices in basic education classes was realized, through the development of teaching material that effectively contributed to the action of teachers with anti-racist and non-discriminatory practices through meaningful learning paved by interdisciplinary didactic sequences, Finally, a path was perceived towards expanding the vision of racial diversity in public school students in the South of the State of Espírito Santo, contributing to the construction of new pedagogical practices on the racial theme.

Keywords: Basic education; interdisciplinarity; anti-racism; meaningful learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema demonstrando o caminho percorrido para a construção do trabalho 17
Figura 2 – Esquema de etapas da pesquisa bibliográfica 19
Figura 3 – Mapa da região da pesquisa 23
Figura 4 – Três fases da análise de conteúdo 24
Figura 5 – Capa do *e-book* 26
Figura 6 – Achados mais relevantes associados às preliminares de pesquisa realizadas (Kemetn 1, 2, 3) 47
Figura 7 – Achados mais relevantes associados às preliminares de pesquisa (Kemetn 4, 5, 6) 48
Figura 8 – O pequeno príncipe preto 55
Figura 9 – O pequeno príncipe 56
Figura 10 – Objetos do conhecimento utilizados nessa sequência 57
Figura 11 – Caçadas de Pedrinho 59
Figura 12 – Sítio do Picapau Amarelo 59
Figura 13 – Felicidade por um Fio 62
Figura 14 – QR Code 74
Figura 15 – Site da UniCarioca 74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática..... 57
Quadro 2 – Descrição dos objetivos a serem alcançados nas aulas da segunda semana..... 58
Quadro 3 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática..... 60
Quadro 4 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática..... 63
Quadro 5 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática..... 65
Quadro 6 – Descrição das informações contempladas por essa sequência didática..... 65
Quadro 7 – Categorias de análise..... 66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
EAD	Educação à Distância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEI	Plano de Ensino Individualizado
RE	Relato de Experiência
SD	Sequência Didática
SEDU	Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDICs	Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 Inquietação 14
1.2 Elementos estruturantes desta pesquisa: problema, hipótese e objetivos 15
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS 17
2.1 Fundamentos da pesquisa bibliográfica 18
2.2 Contornos da preliminar de pesquisa 21
2.3 Aspectos associados ao campo desta pesquisa 22
2.4 Considerações relativas à análise de dados 23
2.5 O produto: contornos 25
3 MARCO TEÓRICO 27
3.1 Racismo no Brasil 27
3.2 Abordagem histórica 29
3.3 O mito da democracia racial 30
3.4 Educação no Brasil 33
3.5 Educação inclusiva antirracista 34
3.6 Recursos digitais para práticas educacionais 36
3.7 Práticas pedagógicas antirracistas bem-sucedidas no Brasil contemporâneo 38
4 PRELIMINAR DE PESQUISA 39
4.1 Preliminar de pesquisa: considerações iniciais 39
4.2 Preliminar de pesquisa: achados extraídos 40
4.2.1 Primeira preliminar de pesquisa 40
4.2.2 Segunda preliminar de pesquisa 41
4.2.3 Terceira preliminar de pesquisa 42
4.2.4 Quarta preliminar de pesquisa 43
4.2.5 Quinta preliminar de pesquisa 44
4.2.6 Sexta preliminar de pesquisa 46
4.3 Preliminar de pesquisa: considerações 47
5 CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA 52
5.1 Relato de experiência – Primeira semana: leitura de *O Pequeno Príncipe* de Antoine de Saint-Exupéry e *O Pequeno Príncipe Preto* de Rodrigo França 55
5.2 Relato de experiência – Segunda semana: leitura de *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato 58
5.3 Relato de experiência – Terceira semana: *Eu enxergo* 61
5.4 Relato de experiência – Quarta semana: descobrindo o continente africano 63
6 ANÁLISE DOS DADOS 66

SUMÁRIO

6.1 Análise dos dados: achados extraídos 66
6.2 Análise dos dados: considerações 67
7 PRODUTO CONSOLIDADO: SEQUÊNCIA DIDÁTICA ANTIRRACISTA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 73
7.1 Descrição do produto 73
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 78
APÊNDICES 82
Apêndice A – Parecer Consubstanciado do CEP 82
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 88
ANEXOS 89
Anexo A – Ata de defesa de dissertação 89

1 INTRODUÇÃO

Como negra, não quero mais ser objeto de estudo,
e sim o sujeito da pesquisa.
Djamila Ribeiro

1.1 Inquietação

Estudar a relação de temas de conflitos sociais sob a perspectiva da inclusão dentro do campo educacional é fruto da vontade de me aprofundar sobre os programas e políticas públicas e, em especial, como a prática deles pode ser um mecanismo de ação para a militância social, continuando assim em contato com as políticas educacionais envolvidas no processo de formação de uma cidadania plena, ampliando o conhecimento acerca de assuntos estudados durante a graduação.

Como graduando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Espírito Santo, no Centro de Ciências Agrárias (CCA-UFES), e Licenciatura em Pedagogia, pude atuar em diversas áreas e campos de pesquisa para decidir se realmente ingressaria e prosseguiria na carreira acadêmica.

Nos últimos anos da graduação, atuei como monitor das disciplinas de Didática e Política Organizacional da Educação Básica da UFES, para os cursos de licenciatura da universidade. Devido ao exercício da atividade de monitor de didática, tive contato com professores que trabalham com a formação de professores, em especial professores que estudam políticas educacionais e seus impactos na inclusão de pessoas por meio da Educação.

Quanto às políticas educacionais, pude começar a conhecer alguns temas que constroem o sistema educacional do Brasil, podendo, assim, iniciar um processo de construção de pensamento sobre como foi e é construída a educação brasileira e, em especial, como esse processo influenciou e influencia situações que deixaram marcas profundas na sociedade brasileira e que contribuíram para o retrato das desigualdades sociais que permeiam a sociedade atual. Dentro dessa perspectiva de desigualdades e exclusões, este estudo se debruça sobre as questões raciais em um contexto de transformação cultural, no qual a educação pode ser mediadora de um processo de mudança de paradigma.

Esta pesquisa questiona a não existência de materiais e práticas que construam uma imagem de protagonismo e luta antirracista na educação básica. A não existência de um referencial de ampla abordagem acerca desse tema faz com que, mesmo sendo um assunto

amplamente debatido em teoria na academia, práticas exitosas não sejam observadas em escolas de educação básica.

A ideia de realizar este trabalho com professores da Educação Básica surgiu de indagações pessoais desde a graduação – e até mesmo da fase escolar – e também de experiências acadêmicas, nas quais me questionava sobre uma melhor preparação dos professores para abordar assuntos relacionados ao ensino e à discussão de temas raciais que não versasse exclusivamente sobre a questão da escravidão, visto que era um olhar visivelmente incômodo para alunos de pele principalmente retinta, pois os levava a enxergar nossos antepassados somente como escravos, e não como povo partícipe da construção histórico-econômica e social brasileira.

Após formado e iniciando a práxis pedagógica como professor de História e pedagogo, senti a necessidade de um preparo melhor em relação às práticas sociais. Isso se deu de forma inescapável em meu processo de formação como docente, momento em que tive que avaliar as alternativas metodológicas a serem aplicadas na sala de aula. Tal ação se tornou imprescindível, pois quase não há metodologias que versam sobre esse universo de inclusão em um olhar mais amplo na grade curricular das principais licenciaturas, ainda mais disciplinas voltadas para o ensino da cultura afro-brasileira.

A escolha da etapa educacional com crianças e adolescentes se deu por acreditar no potencial de uma metodologia que poderia ser vivenciada de forma particular com bons resultados, visto que em experiências anteriores, em escolas e projetos que tive a oportunidade de participar, houve êxito de boas práticas com esse público.

1.2 Elementos estruturantes desta pesquisa: problema, hipótese e objetivos

Paulo Freire (1968), Angela Davis (2013), Milton Santos (1998) e Maria Aparecida Silva Bento (2002) são alguns dos autores que mais contribuíram na construção desta dissertação.

A luta antirracista, principalmente como descrita por Angela Davis (2015), traz uma visão extremamente transdisciplinar, pois a autora acredita que tal assunto não deve ser considerado um nicho, mas estar presente de forma unilateral na questão do lugar de fala e de forma transversal em todos os assuntos e grupos de discussões tratados na sociedade, visto que a população negra está presente nas mais diversas esferas sociais. Porém, é evidente nas esferas de poder financeiro, econômico e político, de tomada de decisões, que a representatividade negra é muito menor, sendo uma prova disso a necessidade de que em pleno ano de 2023 a luta

antirracista ainda precise ser tratada como tabu em salas de aula das mais diversas escolas espalhadas pelo país.

Uma simples determinação da legislação brasileira sobre a obrigatoriedade de se trabalhar a temática da História e Cultura Afro-Brasileira não garante a execução integral da lei, tampouco uma abordagem decolonial de muitos assuntos que permeiam esse tema. Tal fato é resultado de um processo de pouca preparação que, na maioria das vezes, atinge os professores. Essa situação é preocupante, visto que são os responsáveis pela execução dessa legislação *in loco*, porém não se sentem preparados para tal, por conta de uma formação universitária deficiente nesse tema, e não recebem de forma continuada um apoio para trabalhá-lo (Fontenelle, 2020).

Sendo assim, a questão-problema desta pesquisa é a seguinte: de que modo a utilização da metodologia de abordagem antirracista em escolas do Sul do estado do Espírito Santo pode contribuir para a melhoria da prática docente e para uma mudança de visão dos alunos da educação básica? Para responder a esta questão, temos como hipótese que é necessário elaborar mecanismos que auxiliem os professores a abordarem o tema de forma 'natural', com uma linguagem sem preconceitos de qualquer forma, para construir uma prática educacional antirracista.

Objetivo Geral:

Relatar como a educação antirracista, a partir de uma proposta de ressignificação de livros infantis aliada a recursos digitais, contribui para uma abordagem inclusiva, com sequências didáticas pensadas para alunos das séries finais do Ensino Fundamental.

Objetivos Específicos:

1) Identificar quais são os principais desafios no processo de ensino/aprendizagem que um professor enfrenta no dia a dia da sala de aula e analisar de que forma as metodologias podem auxiliar o professor a superá-los ou, pelo menos, minimizá-los;

2) Apontar os principais aspectos positivos e as dificuldades na utilização da luta antirracista como metodologia de ensino;

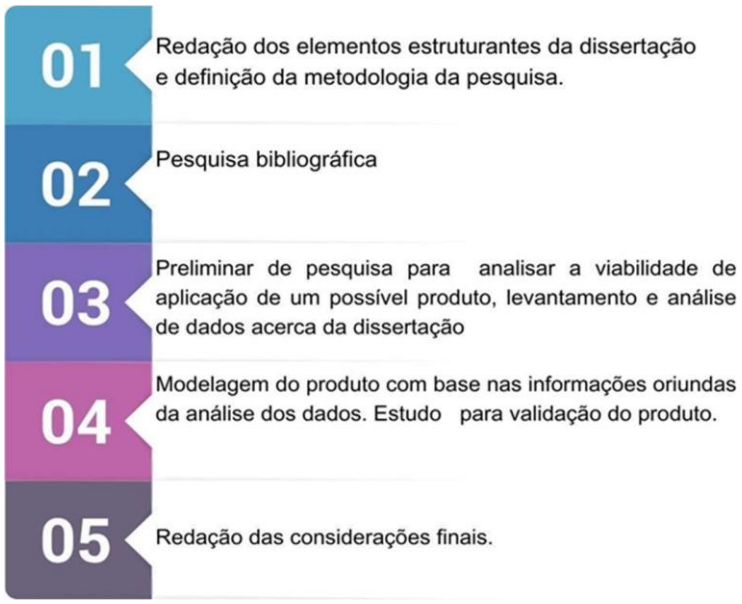
3) Verificar se, após conhecer e trabalhar com a metodologia com uma proposta antirracista, os professores utilizariam o material na sala de aula novamente.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi construído sob a metodologia da pesquisa qualitativa. Esse tipo de pesquisa é baseado em situações reais, com ampla descrição de dados, e busca trazer as informações de maneira contextualizada (Marconi; Lakatos, 2012, p. 271).

Em um primeiro momento, foi utilizada a pesquisa bibliográfica para construção do modelo teórico que permitiu o andamento do trabalho, sendo parte importante na pesquisa, pois utilizou o arcabouço teórico de trabalhos já desenvolvidos acerca do tema. A preliminar de pesquisa foi a etapa posterior, feita com o intuito de analisar a viabilidade de aplicação de um possível produto e realizar o levantamento de dados acerca da dissertação. O desenvolvimento do produto foi a fase final, na qual, com base nos objetivos apresentados, foram construídas sequências didáticas que versam sobre o tema da educação antirracista. Dessa maneira, a pesquisa seguiu o seguinte caminho, demonstrado de forma resumida na Figura 1.

Figura 1 – Esquema demonstrando o caminho percorrido para a construção do trabalho



Fonte: Autoral (2023).

O roteiro deste trabalho foi dividido em cinco partes: (1) fundamento da pesquisa bibliográfica, (2) contornos da preliminar de campo, (3) procedimentos metodológicos acerca da preliminar, (4) construção do produto, reflexão e análise de dados e (5) a demonstração dos resultados.

A primeira etapa do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, trazendo os principais autores que escreveram sobre o tema. Foram esclarecidos os contornos, bem como os autores que baseiam a abordagem metodológica escolhida, e, por fim, tratou-se da preliminar de campo como parte essencial para aprovar a viabilidade do produto proposto ao final desta dissertação, produto esse que foi fruto de uma análise de dados teóricos do campo.

Importante pontuar que esta dissertação tramitou na Plataforma Brasil, na qual obteve aprovação, e teve os contornos relativos à sua viabilidade aprovados pelos órgãos responsáveis do Centro Universitário Carioca.

2.1 Fundamentos da pesquisa bibliográfica

Este trabalho foi desenvolvido utilizando como ponto de início uma pesquisa bibliográfica. As fontes da pesquisa foram livros e documentos, bem como sites e as legislações vigentes que baseiam o arcabouço jurídico e teórico acerca do tema estudado. Dessa maneira, pode-se concluir que foram pesquisas de natureza primária e secundária. As fontes utilizadas nesta dissertação estão listadas no capítulo de referências.

Os trabalhos que possuem com marco metodológico a pesquisa bibliográfica levam em consideração as pesquisas e trabalhos já realizados acerca de um determinado assunto, sendo eles já publicados na comunidade científica, dando sempre preferência às fontes mais atuais que versem sobre o assunto.

A pesquisa do tipo bibliográfica pode ser dividida em: pesquisas primárias – que são construídas quando se debruçam sobre dados do próprio autor; pesquisas secundárias – quando levam em consideração artigos ou livros; e pesquisas terciárias – que usam as fontes anteriormente citadas como referência. Dessa maneira, é possível afirmar que as pesquisas bibliográficas são consideradas como base para o restante do trabalho e fornecem o arcabouço para dar viabilidade teórica e prática à proposta (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2002).

Figura 2 – Esquema de etapas da pesquisa bibliográfica



Fonte: Autoral (2023) baseado em Gil (2002) e Lakatos e Marconi (2003).

A leitura dos documentos legais que regem a educação brasileira e a inserção das medidas para relações étnico-raciais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n° 9394/96 (Brasil, 1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a lei da obrigatoriedade de inclusão da temática afro-brasileira nos currículos do Ensino Fundamental e Médio (Brasil, 2003), foi de extrema importância para a pesquisa, comprovando que a escolha do tema aliada a uma pesquisa sobre os autores que conversem sobre o mesmo são as bases da pesquisa bibliográfica, como afirma Gil (2002).

Conforme já dito, no que diz respeito às fontes que tratam das questões educacionais e raciais, foram utilizados autores que sabidamente são referência no debate, dentre eles se destacam: Paulo Freire (1968), Angela Davis (2013), Milton Santos (1998), Djamila Ribeiro (2019), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Silvio de Almeida (2019) e Neusa Santos Souza.

Paulo Reglus Neves Freire foi um professor, educador e filósofo brasileiro considerado por muitos como o mais notável professor na pedagogia contemporânea, tendo recebido ao longo de sua vida inúmeros títulos de doutor *honoris causa*, sendo alguns dos mais importantes os da Universidade de Lisboa, da Universidade Nacional de Brasília e, após sua morte, da Universidade do Estado do Pará. Sua pedagogia, conhecida como ‘pedagogia libertadora’ (1995), é amplamente defendida por educadores com uma visão humanista e inclusiva, no Brasil e no mundo.

Angela Yvone Davis é uma filósofa, ex-militante do partido Panteras Negras e ex-professora da Universidade da Califórnia, autora de muitos livros que versam sobre a temática do feminismo, em especial o feminismo negro. Suas principais e mais conhecidas obras no Brasil são *Mulheres, raça e classe* e *Mulheres, cultura e política*. É uma ferrenha crítica do encarceramento em massa da população negra, sendo sempre lembrada como uma das principais vozes da temática racial.

Milton Almeida Santos foi um geógrafo, formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia e doutor em Geografia pela Universidade de Estrasburgo, sendo criador do Laboratório de Estudos Regionais. Foi professor na Universidade de São Paulo (USP) e escreveu diversas obras, dentre elas *Espaço do cidadão*. Sendo uma voz ativa sobre a importância de se construir um recorte racial nas questões de classe, Milton Santos é rotineiramente trazido como suporte teórico para trabalhos acadêmicos.

Djamila Taís Ribeiro dos Santos é uma professora de filosofia, mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e militante do movimento negro brasileiro, com obras que são utilizadas como referência na construção do pensamento antirracista e suas interseccionalidades. Djamila é membro da Academia Paulista de Letras, sendo uma das 100 mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo, segundo a *BBC UK* (2020).

Maria Aparecida da Silva Bento é formada em psicologia, estudiosa das Relações de Trabalho e Desigualdades, tema este que foi base de sua tese de doutorado, que tratou das desigualdades raciais e de gênero. A branquitude e a sociedade brasileira sempre estão no centro das suas publicações. Bento já foi nomeada pela revista *The Economist* (2015) como uma das 50 pessoas mais influentes do mundo.

Silvio Luiz de Almeida é o atual ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania. É graduado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e tem doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Seu livro *Racismo estrutural* (2015) é uma das mais importantes fontes bibliográficas para estudo das relações raciais. É professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getúlio Vargas.

Neusa Santos Souza foi uma psiquiatra e estudiosa da saúde mental da população negra. Era mestre em Psiquiatria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com um trabalho que foi base para seu livro de maior impacto – *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*.

2.2 Contornos da preliminar de pesquisa

Foi realizada uma preliminar de pesquisa que tornou possível o estudo da viabilidade do projeto de pesquisa e, por consequência, um estudo sobre os aspectos que poderiam tornar possível sua realização. Este ponto da pesquisa buscou entender a percepção de educadores sobre as formas de se trabalhar as relações étnico-raciais com alunos do Ensino Fundamental.

A preliminar de pesquisa é preconizada pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, Artigo 2, Item XII. Seguindo essa documentação, foram alcançados dados importantes para este trabalho, pois as etapas preliminares aproximam os possíveis participantes sem a obrigatoriedade de um registro formal de suas informações (Brasil, 2016). Esta etapa da pesquisa efetivou-se através de seis entrevistas com professoras do Ensino Fundamental que atuam em componentes curriculares da área de Ciências Humanas, nos dias 10 e 11 de maio de 2023, em momentos de Jornada de Planejamento Pedagógico.

As informações foram coletadas num primeiro momento por meio de conversa informal realizada em reunião de planejamento trimestral. A partir dessas conversas, foram feitas perguntas em uma entrevista enviada por meio do *link* de um formulário com questionamentos aos educadores sobre o uso de atividades relacionadas à temática antirracista. A preliminar de pesquisa permitiu identificar pontos significativos relacionados à questão da diversidade e da equidade racial nas escolas de Ensino Fundamental e Médio.

Durante a conversa informal, alguns questionamentos foram levantados, como: 1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?; 2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?; 3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?; 4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo? Como foi essa experiência?; 5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

Como orienta a Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, nenhum dado de qualquer um dos participantes foi registrado e/ou guardado. Dessa forma, foram usados codinomes para identificação e citação: os participantes foram identificados como Kemetn[1] A, Kemetn B e assim por diante.

[1] *Kemetn* se refere ao nome fictício dos entrevistados da área de conhecimento da BNCC com mais pessoas escolhidas para a aplicação da etapa preliminar de pesquisa, em alusão à terra ancestral africana.

É importante salientar que, mesmo não guardando dados e informações pessoais, a ética de pesquisa foi aplicada à risca, observando os princípios de dignidade humana e com todos participando de forma consciente e livre, como recomendam as legislações vigentes (Brasil, 2016).

2.3 Aspectos associados ao campo desta pesquisa

A escolha do grupo de estudo não foi feita ao acaso. Professores foram escolhidos devido à sua área de conhecimento e à etapa de ensino na qual lecionam. Além disso, a equipe pedagógica também foi incluída no processo de pesquisa, pois todos os professores estavam passando pelo processo de formação e inclusão do material de orientação de relações étnico-raciais oferecido pela Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo.

Tendo em vista essas informações, o grupo escolhido para ser observado, em teoria, estava apto a entender a relevância da temática, visto que a escola oferece itinerário formativo da etapa do Ensino Médio com componentes integradores que versavam sobre as temáticas sociais: no projeto integrador denominado Projeto de Vida, disciplina incluída na parte diversificada do currículo e que conta com um olhar diferenciado para as questões pessoais do aluno, dentre elas a raça.

Foi escolhida a técnica de *relato de experiência* como método para obter os dados desta dissertação. O projeto com esse método foi submetido à Plataforma Brasil antes da construção do relato. Importante mencionar que o projeto tramitou em todas as instâncias da plataforma, salientando que foram respeitados todos os processos e resoluções éticas que versam sobre um relato de experiência, dando importância às informações e transcrevendo-as de forma a encaixá-las na perspectiva acadêmica.

É importante mais uma vez frisar que a demanda por este relato de experiência surgiu através de uma inquietação na prática cotidiana dentro das escolas, nas perspectivas raciais e observações sobre a aplicação da Lei nº 10.639, do ensino das relações étnico-raciais.

A amostra da pesquisa envolveu 14 participantes, sendo todos professores de escolas da rede pública do Sul do estado do Espírito Santo. O único critério de seleção para os participantes era que fossem profissionais da educação do quadro de magistério atuantes em escolas públicas do Sul capixaba.

Figura 3 – Mapa da região da pesquisa



Fonte: UNIVERCEMIG (2011).

2.4 Considerações relativas à análise de dados

O processo de análise de dados foi construído baseado na técnica de *análise de conteúdo*, preconizada por Bardin (2011). Essa técnica tem como base a classificação de dados em grupos chamados de ‘categorias’, em que são observados fatos e informações, como as características acerca do tema desta dissertação, enunciados pelos entrevistados. Quando agrupados por semelhança, tais dados nos fornecem informações importantes que apontam para determinados caminhos. A análise foi iniciada por uma leitura flutuante, na qual o texto passa por processos de leituras menos aprofundadas, em que os assuntos mais importantes são separados. Em seguida, foi feita a exploração do material e, por último, foi aplicada uma técnica de tratamento e interpretação dos resultados.

Essa leitura é uma técnica metodológica de análise qualitativa, na qual tudo que é falado e encontrado importa para o pesquisador, desde que sejam identificadas palavras-chaves ou ideias que liguem uma resposta à outra. O pesquisador deve, por princípio, encontrar uma forma de interpretação para unir as ideias concordantes em grupos chamados de ‘categorias’ ou ‘subcategorias’.

Figura 4 – Três fases da análise de conteúdo



Fonte: Autoral (2023) adaptado de Bardin (2011).

A metodologia de análise de conteúdo é uma técnica que utiliza vários recursos para entender as formas de comunicação. Dessa maneira, o pesquisador tem a necessidade de estar por dentro das informações que o entrevistado ou seu objeto de estudo quer passar através das mensagens. Ou seja, o pesquisador precisa entender o que o seu objeto de estudo quer dizer no papel de locutor na troca de informação.

Algumas categorias foram levantadas através dos dados observados após o relato da experiência. Essas categorias são evidências do capítulo que trata dos resultados e discutidas confrontando-as com o referencial teórico que foi proposto neste trabalho. Essa análise possibilitou uma melhor significação dos objetivos esperados para esta pesquisa, fazendo com que a hipótese fosse confrontada, fornecendo, assim, alternativas para a proposição de práticas pedagógicas que versassem sobre o letramento racial.

Ao final da análise de dados, via análise de conteúdo e confrontando os resultados com os dados da bibliografia, este trabalho teve como produto um livro digital contendo quatro sequências didáticas com o tema ‘letramento racial’ para a Educação Básica. Esse produto tem como principal intenção contribuir para as práticas pedagógicas antirracistas nas escolas públicas, fornecendo ao educador um arcabouço teórico e prático, norteando e incentivando a prática docente perante a diversidade racial, bem como sendo um instrumento de incentivo para os novos estudos e práticas educacionais.

2.5 O produto: contornos

Conforme dito anteriormente, como parte final deste trabalho foi desenvolvido um *e-book* – com auxílio do aplicativo digital *Canva*[2] – contendo as sequências didáticas que foram apresentadas aos professores com o intuito de ser uma base para futuras aplicações de práticas pedagógicas antirracistas.

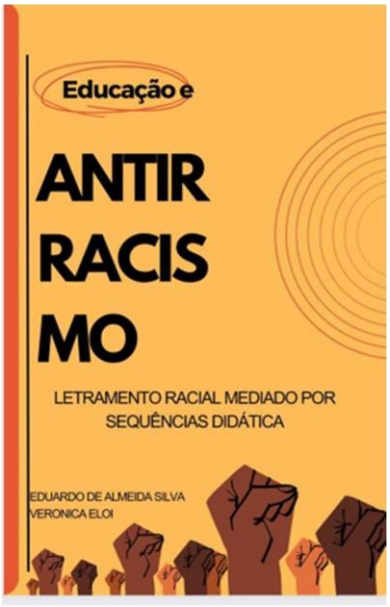
Integrando-se ao programa de pós-graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação, da UniCarioca, este trabalho teve a preocupação de desenvolver um produto que utilizasse as tecnologias digitais na prática docente de forma viável para o professor que atua em salas de aula que muitas vezes não são contempladas com materiais amplamente desenvolvidos digitalmente.

O *e-book* foi organizado em algumas partes, tratando das seguintes temáticas:

- A importância da sequência didática em sala de aula;
- O uso de tecnologias digitais tendo o antirracismo como forma de mitigar desigualdades dentro da sala de aula;
- Exploração de uma metodologia de aula que se adeque à temática antirracista para turmas finalistas do Ensino Fundamental;
- Disponibilização de bibliografias e fontes de inspiração para futuras atividades a serem desenvolvidas pelo professor.

[2] *Canva* é uma plataforma de design gráfico *on-line* que possibilita a criação de gráficos (conteúdos visuais) para diferentes mídias.

Figura 5 – Capa do *e-book*



Fonte: Autoral (2023).

3 MARCO TEÓRICO

Ser negro no Brasil é, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá em baixo, para os negros.
Milton Santos

3.1 Racismo no Brasil

A construção de uma sociedade igualitária passa pelas reflexões sobre assuntos que muitas vezes são colocados em segundo plano nas relações sociais. Muitos autores amplamente conhecidos por estudos que versam sobre as desigualdades sociais brasileiras, que foi marcada por uma organização racista gerada no sistema colonial, concordam que existe um sistema político e econômico pautado na diferenciação racial entre as pessoas conhecido como 'racismo estrutural'.

Silvio de Almeida, em sua obra *O que é racismo estrutural* (2015), traz luz para a discussão sobre a sociedade brasileira, que coloca em prática a desigualdade racial em suas vertentes e ações, seja ela no campo econômico ou político, impedindo que pessoas racializadas se tornem pessoas de direito no estado brasileiro.

Mesmo que o período escravocrata tenha se encerrado de maneira oficial no Brasil em 13 de maio de 1888, os resquícios de uma sociedade construída sobre os pilares da segregação racial ecoam de forma forte nas estruturas sociais e de poder do Estado. De acordo com Almeida (2018, p. 40), raça "é uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos antagônicos".

Muito além da definição epistemológica de raça adotada neste trabalho, no Brasil as questões raciais são colocadas em perspectiva, devido a uma visão de interseccionalidade[3], em que outras problemáticas sociais dialogam com a raça do indivíduo, privando-o de se conhecer como cidadão pleno dentro de seu meio social.

Em uma concepção geral sobre racismo estrutural, se compreende que os modos de organização social oferecem uma visão mais ampla dos atores envolvidos nas situações de racismo. O racismo assim citado não pode ser encarado como subjetivo, pois desse modo criamos a visão de naturalidade em que o racismo faz parte da cultura e que nada se pode fazer para melhorar ou mudar esse quadro. Essa maneira de enxergar o racismo, partindo de estruturas

[3] O termo 'interseccionalidade' foi cunhado em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw, como crítica do feminismo negro à tendência a se abordar "raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas de experiência e análise".

sociais que encaram as segregações e estruturas segregadoras como uma parte natural da realidade social, nos faz lembrar que no Brasil o racismo tem sua raiz ligada ao passado de escravidão.

A forma como as pessoas racializadas são condicionadas no Brasil nos lembra que o sistema econômico em que o país foi forjado se baseia em uma relação que moldou condutas e definiu de forma clara o papel de cada um na sociedade brasileira, na qual a raça e a cor serviram como marcas de diferenças essenciais, numerando os locais de mandatários e de obedientes dentro do sistema social, criando uma hierarquia, mesmo que às vezes invisível, mas impossível de se transpor (Schwarcz, 2018).

Seguindo essa linha de pensamento, é possível detectar e confirmar que os efeitos da escravidão não estão ligados apenas aos retratos do passado, de maneira que o passado escravista no Brasil permanece mediando relações interpessoais nos espaços de convivência e de poder, determinando de forma clara os locais para pessoas negras e não negras, alimentando assim o preconceito e a discriminação racial (Pinsky, 2016).

É importante salientar que não é necessário um estudo profundo sobre os efeitos da escravidão na vida das pessoas negras, visto que são visíveis as disposições em que se encontram, seja em locais de trabalho ou espaços de poder[4].

> A população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas - fenômeno acolhido por leis cujos efeitos camuflam, revalidam e perpetuam a opressão. A propagação do discurso preconceituoso e discriminatório alicerça a narrativa para desqualificar a cidadania afrodescendente. O discurso da acomodação, que afirmava serem os(as) negros(as) acomodados(as) com sua situação e condição, os considerava vítimas com defeitos. Por isso, eram tratados como infantilizados e deles retirada sua humanidade. Desta forma, fez com que as desvantagens que se acumularam fossem associadas à cor da pele, de um povo dado à escravidão e mal ajustado (Madeira, 2018).

Analisando a ocupação de lugares de poder, pode-se garantir que, assim como em outros locais, há predominância de homens brancos em instituições decisórias, sejam públicas ou privadas. Tal ocupação organizada é fruto de um acordo existente que traz consigo regras que indiretamente restringem a ascensão de negros. Aliado a isso, existe um vácuo de oportunidades que, amparado pela inexistência de locais de discussão das desigualdades, explicita de forma

[4] https://www.conjur.com.br/2023-set-05/equidade-justica-segue-distante-145-juizes-negros2. https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/11/negros-e-pardos-ocupam-so-10-dos-cargos-de-chefia-diz-pesquisa.html#:~:text=Uma%20pesquisa%20feita%20com%20mais%20de%20500%20empresas,pardos%20ocupam%20s%C3%B3%2010%25%20dos%20cargos%20de%20chefia.

gritante o domínio de protagonismo desses grupos formados majoritariamente por homens brancos.

3.2 Abordagem histórica

O período escravocrata no Brasil se iniciou com a chegada dos portugueses, que, em processo de expansão marítima incentivada pelas monarquias europeias, encontraram na terra americana o local propício para a exploração, que necessitaria de uma mão de obra capaz de produzir e/ou extrair as riquezas encontradas nas novas colônias (Grangeia, 2017).

É importante lembrar que a escravidão brasileira não se iniciou propriamente com os escravizados vindos da África. A transição da escravização dos povos originários para o negro ocorreu quando a demanda de trabalho cresceu exponencialmente no Brasil, e a mão de obra local já não era tão abundante e eficiente, devido às imunidades, legislações pombalinas e políticas indigenistas, fazendo-se necessária a utilização de outra mão de obra com baixo custo, como a do tráfico negreiro, que foi implementado no Brasil, iniciando o processo de escravização do povo negro vindo da África. Dessa maneira, o negro trazido do continente africano para exercer o papel de trabalhador braçal sem direitos ou pagamento foi a mola propulsora do processo de expansão do comércio de *commodities* como ouro, cana de açúcar e, por último, café (Ramos, 2004).

Por muito tempo, o tráfico negreiro foi uma das maiores fontes de renda da coroa portuguesa e, por consequência, movimentou a vida econômica da colônia brasileira. Imaginar que séculos dessa relação de retirada de direitos, vivências e humanidade não deixaria marcas perenes na sociedade brasileira soa como ingenuidade ou tentativa de apagamento de culpa dos agressores (Marquese, 2006).

Acredita-se que mais de 4,5 milhões de negros foram trazidos da África sob a condição de escravizados para trabalhar em terras brasileiras. A utilização da mão de obra escrava africana não foi fruto de uma predisposição do negro escravizado, e sim uma condição de desumanização provocada e estimulada pelas metrópoles europeias desde a saída dos navios negreiros do continente africano, navios esses que mantinham seus ocupantes em condições insalubres e predispostos a doenças que muitas vezes dizimavam a tripulação escrava ou de comerciantes antes que chegassem às terras brasileiras (Marquese, 2006).

Assim como no período da escravização indígena, os africanos escravizados não aceitavam tal condição de maneira gentil ou condicionada. Muitas foram as revoltas e momentos de insubordinação provocados por esse sentimento de não pertencimento ao lugar

de objeto no qual eram colocados. O aquilombamento talvez seja a forma que melhor representa a resistência negra perante o *modus operandi* de opressão da coroa portuguesa (Marquese, 2006).

As revoltas aconteceram durante os três séculos de escravização. Revoltas essas que acompanhavam o processo de evolução da sociedade brasileira, muitas delas se confundindo com revoltas que construíram o sentimento de estado nacional e de pertença do povo brasileiro, tais como a expulsão dos holandeses e até mesmo a independência do Brasil.

> Nas décadas de 1670 e 1680, os africanos, crioulos e descendentes alojados em Palmares eram vistos pelas autoridades metropolitanas como "holandeses de outra cor", por conta da ameaça que representavam à ordem colonial portuguesa na América. Sua derrota pela força das armas só ocorreu em meados da década seguinte, após um conflito secular com dois dos maiores poderes coloniais europeus do mundo moderno. Antes da revolução escrava de São Domingos (1791-1804) e das grandes revoltas abolicionistas do Caribe inglês no primeiro terço do século XIX, o episódio de Palmares só teve equivalente na I Guerra Maroon da Jamaica (1655-1739) e na Guerra dos Saramaca no Suriname (1685-1762). Nesses dois casos, entretanto, os quilombolas conseguiram vencer as tropas repressoras, forçando autoridades e senhores a reconhecerem a liberdade dos grupos revoltosos (Marquese, 2006).

Por fim, é possível afirmar que o Estado colonial da nação brasileira foi construído através do processo de negação cultural, visto que era um processo de ocupação e colonização criminosa por parte de agentes externos vindos da Europa. Assim, o Brasil pode ser descrito como um estado fundado através da ocupação criminosa da coroa portuguesa.

3.3 O mito da democracia racial

No Brasil, há uma constante tentativa de provar que não existe racismo. Tal fenômeno é conhecido como o mito da democracia racial, segundo o qual, teoricamente, todos os cidadãos brasileiros estão no mesmo lugar de privilégio e de possibilidade de ascensão social (Freyre, 2005).

Essa perspectiva de que no Brasil não há racismo acaba por deixar o cenário ainda mais complexo, pois não há como combater uma coisa que teoricamente não existe, já que brancos e negros ocupariam o mesmo lugar, mesmo que tal realidade seja impossível, visto que a sociedade brasileira contemporânea está impregnada das consequências de anos de desigualdades sociais e raciais (Bernadino, 2002).

Tal teoria constantemente é defendida seguindo princípios que nos diferem de países ‘desenvolvidos’, onde o racismo é escancarado. Para os defensores dessa ideia, no Brasil a raça não é condição essencial para que desigualdades sociais sejam apontadas, visto que existe uma

grande parcela da população autodeclarada branca que possui a mesma condição social de pessoas negras. Esse ponto de vista é afastado sempre que se levanta a alta taxa de vulnerabilidade de indivíduos negros frente à violência perpetrada pelo estado brasileiro, seja no tocante à criminalidade, fome, baixa escolaridade ou dificuldade de acesso a espaços privilegiados economicamente. Dessa maneira, a segregação racial é explicitada e demonstrada na prática, pois é grande a diferença entre negros e brancos, mesmo que em condições econômicas iguais (Ferreira, 2019).

Esse é um retrato que não se modifica com o passar dos anos, se levarmos em conta a liberdade de 1888, fato que demonstra a dificuldade de reparação histórica que a população racializada do Brasil enfrenta dia a dia, seja por parte do Estado brasileiro, seja por conta das relações sociais transpassadas pelo racismo (Ferreira, 2019).

Mesmo não sendo uma política oficial do Estado, o embranquecimento da população brasileira foi incentivado por mecanismos políticos, visto que essencialmente a raça é um elemento político, de modo que se acreditava que, para além de um aprofundamento e desenvolvimento tecnológico e econômico, o Brasil precisava passar por um processo de desenvolvimento racial, devido à sua grande população negra pós-abolição da escravatura (Nascimento, 2016).

A imigração europeia, incentivada por uma política de atuação desses agentes de trabalho remunerados que viriam a substituir a mão de obra escrava brasileira, foi uma forma de modificar as formações populacionais da época, aumentando o número de cidadãos brasileiros autodeclarados brancos frente à população negra ocupante de grandes centros e também zona rurais, que vagava sem emprego e sem condições econômicas de se manter, como afirmam Guarnieri e Melo-Silva (2007).

Devido a essa nova realidade populacional do Brasil, aumentou o fenômeno da miscigenação, em que negros, brancos e indígenas, em suas relações sociais, acabam por efetivar a ideia de mistura de raças. Cria-se, assim, a ideia de um país socialmente integrado.

A partir de tal fato, forjou-se no Brasil a utopia de convivência harmônica entre as raças, visto que uma pessoa autodeclarada branca pode ter seus antepassados vistos como negros, indígenas ou europeus, sendo assim seria impossível que esse cidadão praticasse racismo, provando a existência da democracia racial no Brasil, visto que teoricamente não existem pessoas com a raça 100% pura ou definida (Ferreira, 2019).

O imaginário que acredita que o negro e o branco possuem o mesmo lugar na esfera social foi muito estimulado após a restauração das políticas de cotas para pessoas negras. Conhecido como cotas raciais, o instrumento político de reparação histórica, que tinha como

objetivo central reparar e tentar equalizar o ingresso de jovens negros nas universidades e instituições federais, foi muito utilizado como forma de ataque à população negra, sob a desculpa de que tal legislação poderia provar que o negro não é igual ou até mesmo não é capaz de alcançar os mesmos lugares que as pessoas brancas. Assim, muitos ainda apoiavam a ideia de que as cotas deveriam ser apenas sociais, ignorando o recorte de raça, amplamente discutido pelos estudiosos que apoiavam e ajudavam a propor essa legislação (Bernardino, 2002).

Hoje, é claro e notório que, por conta da democracia racial no Brasil, são necessárias construções jurídicas que impeçam a discriminação, por vias legais ou constitucionais. Entretanto, esse retrato foi modificado a partir do tempo, visto que a ideia de um distanciamento entre negros e brancos seria fruto de uma incapacidade da população negra de conseguir feitos e ascensão social perante a sociedade branca, excluindo as mazelas historicamente reconhecidas e colocadas perante esse grupo que, mesmo livre da escravidão, continuou refém do aparato do estado para impedir sua ascensão.

> A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da ideia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidez, incapacidade etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira (Andrews, 1998, p. 210).

A comparação da sociedade brasileira com outras sociedades, como a sul africana ou a estadunidense, onde legislações deixavam claro o papel e o lugar das pessoas brancas e não brancas, fez com que muitos estudiosos pensassem por muito tempo que no Brasil o negro conseguiria atingir qualquer lugar sem essas barreiras, talvez por conta da inexistência de impedimentos legais, como nas sociedades acima citadas (Guimarães, 1999).

Analisando o histórico dessa população, foi possível construir a noção de que a democracia racial realmente não passava de um mito, visto que, mesmo não sendo impedido oficialmente de alcançar lugares de poder, o negro não os alcança, devido às barreiras invisíveis pregadas por uma sociedade impregnada por 300 anos de escravidão, onde os reflexos do racismo atingem essa população de forma definitiva e determinante. Tal determinação pode ser comprovada pela dificuldade de ascensão econômica de pessoas vindas de famílias historicamente negras frente a pessoas de famílias historicamente brancas (Guimarães, 1999).

Por essa ótica, é comumente percebida uma tentativa de alinhar esse mito com a teoria da meritocracia. A visão meritocrática, que pressupõe que todos os indivíduos podem alcançar os locais de poder e status social, muito se assemelha com o discurso, já citado anteriormente,

de que os negros poderiam estar em locais mais privilegiados, e só não estão por uma falta de vontade ou esforço suficiente (Batista, 2018).

Mesmo com essa visão conservadora, já é aceito que o racismo é um problema amplo e de todos, não apenas do negro que é vítima desse sistema. Até mesmo o consenso da noção de minoria política vem de encontro à informação de que a população negra representa quase metade da população total do Brasil em números censitários.

Ainda pensando sobre esse tema, é importante ressaltar que o senso comum muitas vezes é levado a acreditar numa infelicidade generalizada da população negra, que, quando perguntada, se diz pobre e não possuidora de uma vida digna, visto que a todo momento são confrontados com a história oficial contada pelos mecanismos de estado e as falas que sempre levam para o lado negativo e de negação da verdadeira história do povo preto – que tem raízes na grandeza de impérios de séculos antes de Cristo – e são responsáveis por construir e perpetuar verdadeiros estigmas, que fazem com que os indivíduos dessa população neguem a sua identidade enquanto pessoas pretas, destruindo a autoestima desse povo e comprometendo sua vontade e projeto de crescimento enquanto ser social (Batista, 2018).

Assim, é importante ressaltar que os meios que teoricamente seriam os caminhos para dirimir tais desigualdades também servem de instrumento de segregação e reproduzem os mesmos vícios sociais, sendo a educação um desses meios (Bernardino, 2002). É muito comum considerar a educação como um mecanismo de mudança de estruturas sociais, mesmo que ela também faça parte de um cenário que urgentemente necessita de mudanças e construção de novas bases para que sejam distantes do pensamento meritocrático e antidiversidade.

3.4 Educação no Brasil

A educação financiada pelos novos comandos econômicos foi vítima de uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma democratização do acesso ao conhecimento. Nos anos de 1990, organismos como o FMI, o Banco Mundial e a UNESCO tentaram apontar uma nova organização político-pedagógica, realizando grandes eventos e assessorias técnicas. Essas iniciativas trouxeram como principais bandeiras a universalização do acesso à educação em seus diferentes espectros: urbano, rural e especial (Claderon, 2011).

Organismos econômicos como o Banco Mundial deixaram claro que a educação básica seria uma das formas de melhoria da situação econômica, exemplificando o interesse por trás da busca pela ‘qualidade’. Tal interferência de organismos econômicos demonstra um interesse

de utilizar a educação como fator de crescimento econômico em detrimento ao social (UNESCO, 2014).

No Brasil, durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), a educação era uma forma complementar de garantir a estabilidade política. Sendo assim, as questões educacionais eram pautadas sob o viés político (Germano, 2005). Após a promulgação da carta cidadã e sua gama de direitos, a educação passa a ter espaço constitucional, como forma de garantir igualdade de acesso aos cidadãos, como fica evidenciado na LDB em seu artigo 3º, que preconiza o amplo papel de importância econômico-social da educação no Brasil:

> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
> IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
> (...)
> IX - Garantia de padrão de qualidade;
> X - Valorização da experiência extraescolar;
> XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
> XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);
> XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).

3.5 Educação inclusiva antirracista

Em um cenário de perdas constantes de políticas sociais e de extremismos ideológicos, que acomete o Brasil fortemente desde o ano de 2017, é extremamente necessária a promoção de uma educação voltada para a criticidade, com ênfase no entendimento e formação de cidadãos preocupados com a diversidade de ideias.

A inclusão é constantemente debatida, mesmo que muitas vezes apenas sob o viés do AEE (Atendimento Educacional Especializado), o que não é errado, entretanto é necessário expandir a visão da inclusão para pessoas à margem do sistema e que precisam estar sendo incluídas nos processos por ele demandados. Essa demanda emerge do papel de educadores, no qual a dimensão ética inerente ao trabalho docente é aliada a um compromisso com mudanças das práticas escolares, de forma que cada vez mais abracem as temáticas político-sociais que interferem na vida do estudante e refletem em suas competências socioemocionais e, por consequência, em seu desempenho didático-pedagógico (Cavalleiro, 2001).

Para muito além de uma educação política, o incentivo a práticas diversas em sala de aula visa respeitar o local de vivência do aluno, transformando as teorias pedagógicas em

experiências de aprendizado que façam sentido para o estudante, construindo uma ligação real entre o que se aprende e o que se vive (Cavalleiro, 2006).

Abordar questões sociais na educação vai muito além de falar sobre a Lei nº 10.639, de 2003, que preconiza o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas de todo o Brasil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Falar de uma educação inclusiva na perspectiva antirracista é sobretudo reconstruir conceitos muitas vezes já definidos, e que com o passar dos anos se tornaram permanentes na educação brasileira.

Para muitos estudiosos, é pertinente a afirmação de que 'a escola é um lugar de sofrimento para crianças negras', principalmente quando se ensina sobre história, pois se reconhece que, na grande maioria das vezes, é comum relacionar a história do povo preto com a chegada dos negros que foram escravizados, fazendo uma ligação direta entre a condição de escravo e os princípios da raça.

Tal fato confirma a importância de pensar a educação antirracista em todos os segmentos educacionais, desde o modelo de escola até as práticas pedagógicas. Dentro da sala de aula é importante também reiterar que a educação antirracista não pode ser uma ação isolada das escolas, mas precisa perpassar todos os segmentos e componentes curriculares do estudante. Por exemplo, lembrar que o povo preto não teve sua história iniciada no processo de escravização de africanos dos séculos 15 e 16 (Gomes, 2017). Isso é essencial para reconstruir a autoestima de uma população que durante anos se viu em condição de subserviência.

Quando se introduz práticas pensadas que vão contra o racismo, incentiva-se a valorização da identidade e culturas de diferentes povos que construíram e formaram o país, o que, por consequência, ajuda a mudar a visão de colonizador, cultura essa que, muitas vezes, molda os discursos e raciocínios que formam a educação brasileira.

Esse pensamento de respeito às diferenças tem como uma das principais bases o entendimento de que vivemos em uma sociedade racista que não respeita a diversidade e muito menos gera diminuição de desigualdade. Assim, tais práticas exercitam pensamentos e ações que visam uma mudança de postura no tratamento de pessoas pretas (Gomes, 2017).

Nesse sentido de formação de cidadãos despidos de preconceitos e visões distorcidas da diversidade, é importante a conscientização dos educadores sobre a importância do trabalho das questões sociais culturais e de representatividade das mais diversas parcelas da sociedade brasileira, parcelas essas representadas muitas vezes na comunidade escolar (Gomes, 2017).

Essa abordagem precisa estar presente em todo o âmbito da escola, inclusive nos projetos políticos pedagógicos que versam sobre a organização da unidade escolar, visto que é

necessário não apenas falar de representatividade, mas o estudante precisa sentir e ver essa representatividade nas estruturas das escolas (Gomes, 2017).

A obrigatoriedade do ensino de conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras, devido à Lei nº 10.639/2003, auxilia na construção de uma narrativa decolonial. Acredita- se que o conhecimento da cultura por um prisma não eurocêntrico possa suscitar no aluno negro o sentimento de pertencimento. Pertencer a uma cultura milenar que construiu impérios e exércitos pode diminuir o mal-estar de permanecer em um modelo de ensino que a todo momento o liga ao passado escravista.

Para além de pensar no passado, é importante também pensar na formação de crianças que vislumbre um futuro pautado na perspectiva antirracista. Para isso, é necessária uma inclusão ampla, inclusão essa que permita que elas conheçam realidades que ajudem a construir seus projetos de vida. Estar conectado com novas formas de pensamento, comunicação e aprendizado é um caminho que ajuda a chegar nesse objetivo. Por isso, parte-se da hipótese, nesta dissertação, de que as tecnologias digitais podem contribuir para a educação antirracista (Gomes, 2017).

3.6 Recursos digitais para práticas educacionais

Partindo do princípio de que as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) ajudaram a transformar a realidade mundial, proporcionando uma nova forma de interação entre grupos e indivíduos, é impossível não relacionar esse artifício ao debate da educação, onde é necessário entender que o processo de ensino e aprendizagem é modificado com o passar do tempo, incorporando metodologias e tecnologias apresentadas no espaço histórico e temporal (Conte, 2022).

A relação entre educação e novas tecnologias não é um tema tratado somente atualmente, e desconsiderar esse princípio é desafiador para aqueles que ensinam e pretendem incorporar as novas tecnologias ao presente. No meio social do estudante, as possibilidades de incrementar a prática pedagógica do dia a dia na sala de aula por meio da tecnologia, desde instrumentos matemáticos, como ábaco ou material dourado, ao uso de lousas digitais e aplicativos ligados à rede de computadores, sempre foram tema de debate.

Nesse sentido, é importante que o ambiente escolar seja propício a uma aprendizagem mediada por TDIC, e é importante também que o aluno entenda que essas novas tecnologias podem ser instrumentos de inclusão social para o meio em que ele vive.

É sabido que a inclusão dessas tecnologias é desafiadora para o professor, apesar de estar inserido em um mundo altamente tecnológico. Mesmo com esse desafio, as tecnologias e recursos digitais já são vistos como algo que enriquece e potencializa o processo de aprendizagem, contribuindo para a ressignificação de saberes, pois agregam à absorção de conteúdo propriamente dito habilidades importantes para a formação integral do aluno:

> O desafio que se impõe hoje aos professores é reconhecer que os novos meios de comunicação e linguagens presentes na sociedade devem fazer parte da sala de aula, não como dispositivos tecnológicos que imprimem certa modernização ao ensino, mas sim conhecer a potencialidade e a contribuição que as TDIC podem trazer ao ensino como recurso e apoio pedagógico (Cantini *et al*., 2006, p. 881).

É importante que se encontre um caminho que alie teoria e prática no contexto da utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação. De uma maneira geral, é necessário que as práticas sejam pensadas na realidade da sala de aula em que serão aplicadas. O uso dessas tecnologias auxilia na construção de uma pedagogia mais prática e mais próxima da atualidade, fazendo com que a educação se renove, bem como transforme a forma de ensinar e aprender (Costa, 2021). Assim, a ação do professor busca contemplar a garantia da valorização das experiências que o aluno possui em seu meio social, aliada à valorização de práticas de protagonismo das metodologias que proporcionam a construção dos próprios conceitos e fomento a uma educação integral.

Da mesma forma que a tecnologia vem se modificando com o passar do tempo, a prática de ensinar também sofre modificações. Hoje, a função do professor já não é vista apenas como difusora de conhecimento: o professor também é aquele responsável por incentivar no seu aluno o pensamento crítico, juntamente com aprendizagem significativa. Dessa maneira, o docente é mediador de um processo de formação em que o aluno troca saberes com aquele que o ensina, fazendo com que aquilo que é absorvido possa ser utilizado em outras demandas do estudante, como as sociais (Rau, 2013).

É necessário conhecer a realidade em que o aluno está inserido, visto que essa realidade interfere no processo de ensino-aprendizagem. Assim, é importante encarar a sala de aula como continuação do meio social do estudante, e inserir o aluno no mundo digital é proporcionar a ele a entrada em universo que muitas vezes já é explorado por outros alunos, quando fazemos o recorte de raça e classe social. Nesse contexto, percebe-se que a tecnologia pode ser usada como instrumento de inclusão, assim como também por muito tempo foi um instrumento de

exclusão, visto que tais tecnologias são relativamente caras e não acessíveis para grande parte da população[5].

A cultura digital hoje é vista como parte de uma cultura social, e, dessa maneira, não pode ser esquecida dentro do contexto educacional. Por isso, ações que contribuam para um processo de desmistificação à inserção de novas tecnologias dentro das escolas são necessárias, e, quando aliadas a ações de inclusão, se tornam ainda mais eficazes na obtenção de resultados positivos. Essa relação pôde ser observada nas ações durante a pandemia, quando redes educacionais, com o intuito de estruturar as aulas remotas, ofereciam modem e computadores a seus alunos, facilitando o processo de aprendizagem, visto que o ensino presencial estava suspenso[6].

3.7 Práticas pedagógicas antirracistas bem-sucedidas no Brasil contemporâneo

A falta de inclusão social é uma realidade brasileira que envolve inúmeros setores da sociedade. Tal realidade não é uma novidade, pois é fato comum entre os países que passaram por processos de colonização. No Brasil, os povos indígenas e os povos de origem africana historicamente sofrem ainda mais com o problema da exclusão, fato relacionado ao histórico de escravização. Todavia, na realidade escolar existe uma tentativa de reconstrução da narrativa histórica:

> (...) educação brasileira busca valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo afrodescendente e indígena, buscando assim reparar danos (...). Esta inclusão nos currículos da educação básica e superior amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (Borges, 2015, p. 1).

[5] Estudantes negros foram mais impactados na pandemia, diz estudo | CNN Brasil. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estudantes-negros-foram-mais-impactados-na-pandemia-diz-estudo/#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20conectividade%2C%20dados%20de%20setembro%20de,que%20dois%20sal%C3%A1rios-m%C3%ADnimos%20%E2%80%93%2021%25%20contra%2086%25%2C%20respectivamente.

[6] Alunos da rede municipal de SP recebem os primeiros 100 mil *tablets* | Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/alunos-da-rede-municipal-de-sp-recebem-os-primeiros-100-mil-tablets/.

4 PRELIMINAR DE PESQUISA

A etapa preliminar de pesquisa foi realizada com o intuito de suscitar uma reflexão a respeito da necessidade de análise de possíveis limitações que futuramente pudessem impedir a realização deste projeto. A preliminar de pesquisa foi necessária, pois possibilitou a análise de dados iniciais acerca da percepção de educadores em relação à necessidade de implementação de práticas antirracistas no dia a dia escolar. Este capítulo foi dividido em três seções: 4.1 preliminar de pesquisa: considerações iniciais; 4.2 preliminar de pesquisa: achados extraídos; 4.3 preliminar de pesquisa: considerações.

4.1 Preliminar de pesquisa: considerações iniciais

A etapa preliminar de pesquisa seguiu as recomendações da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, elaborada pelo Conselho Nacional de Saúde, Art. 2º, Item XII, que garante o acesso direto a possíveis participantes e a investigação de documentos sem a necessidade de registro formal dessas informações (Brasil, 2016).

A preliminar de pesquisa realizada neste trabalho foi obtida através de seis entrevistas com educadores e profissionais da educação atuantes nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, sendo os de Ensino Fundamental alocados em turmas dos anos finais, em escolas do sul do estado do Espírito Santo, regulares e da rede pública. Esta etapa deu condições de identificar situações e informações importantes relacionadas à educação antirracista, bem como as dificuldades encontradas na aplicação da Lei nº 10.639. Além disso, possibilitou a extração de informações importantes acerca da temática da diversidade e inclusão nessas unidades escolares.

Como já citado no capítulo dois desta dissertação, a preliminar de pesquisa foi realizada por meio de entrevistas direcionadas aos participantes no meio digital. Essas entrevistas tiveram suas devolutivas também recebidas por meio digital. Os questionários foram estruturados com perguntas abertas. As seguintes perguntas foram encaminhadas aos participantes: 1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?; 2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?; 3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?; 4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo?

Como foi essa experiência?; 5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

4.2 Preliminar de pesquisa: achados extraídos

4.2.1 Primeira preliminar de pesquisa

A preliminar 1 foi realizada com um professor de escola estadual do Ensino Fundamental II do Espírito Santo. A Kemetn 1 é professor regente e se interessou em participar da pesquisa. A entrevista foi encaminhada por e-mail, assim como a devolutiva.

1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?

Eu sou professor efetivo da rede estadual, sou formado em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense, pós-graduado em Organização e Urbanização, atuei na regência de classe para o Ensino Médio e tenho três anos como professor em designação temporária.

2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?

De forma aberta, segregação, não! Entretanto, o *bullying* é muito forte contra pessoas de pele escura, xingamentos são muito comuns. A gente sempre tenta solucionar esses problemas levando à coordenação, conversando com os alunos para tentar mediar a situação.

3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?

Acho que o principal é revisitando a questão! Nós, como professores, não temos informação para tratar de determinados assuntos que não são muito difundidos na escola, fora do currículo. Apesar de ser uma exigência curricular, não me considero preparado para tal.

4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo? Como foi essa experiência?

Fiz a formação *Raízes*, que é uma formação oferecida pelo governo do estado do Espírito Santo, e alguns cursos livres proporcionados pela internet, além da disciplina de educação para o ensino da cultura afro que temos na faculdade.

5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

Acho essencial, entretanto acredito que a pesquisa só se torna relevante se vier acrescida de uma parte prática, pois a teoria muitas vezes fica somente no campo das teorias. Na Geografia, por exemplo, o conceito de urbanização deve levar em consideração a raça, pois é condição social essencial para traçarmos perfis demográficos.

4.2.2 Segunda preliminar de pesquisa

A preliminar 2 foi realizada com uma professora de escola estadual do Ensino Fundamental II do Espírito Santo. A Kemetn 2 é coordenadora pedagógica e se interessou em participar da pesquisa. A entrevista foi encaminhada por e-mail, assim como a devolutiva.

1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?

Sou professora formada em Pedagogia pelo Centro Universitário São Camilo, pós-graduada em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar, hoje atuando como coordenadora pedagógica da escola, do pré ao nono ano do Ensino Fundamental. Sou professora há 17 anos e efetiva na rede municipal há 5 anos.

2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?

Com alunos não presenciei, não que me lembre, mas contra funcionários já presenciei: um pai veio à escola e ao avistar a diretora da unidade escolar pediu para que chamasse os gestores, associando a diretora, que era negra, a uma posição subalterna; acredito que tenha sido racista, porque tinha outras pessoas brancas às quais ele não se dirigiu, somente a ela, pedindo para chamar o chefe; nós que estávamos em volta nos dirigimos a ele, falando que a chefe era a pessoa com quem estava conversando.

3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?

Acho que falta uma mudança de postura, tanto dos professores quanto da comunidade escolar, para entender que o racismo não é para ser tratado como uma coisa ocasional. É

importante que se tenha a noção de que isso está infringindo e machucando crianças e pessoas a todo momento, inclusive dentro das nossas salas de aula, na nossa unidade de ensino.

4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo? Como foi essa experiência?

Na escola em que atuo essa temática sempre está pautada muito próxima a novembro. Temos um projeto chamado *Novembro Negro*, de valorização da cultura afro, principalmente cultura afro-brasileira, com uma percepção e uma preocupação de mostrar pessoas influentes na realidade do aluno.

5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

Acho essencial, sim, tratarmos do assunto. O assunto parece estar resolvido, e não está, nós vemos pouca representatividade de pessoas pretas em posição de chefia dentro da estrutura de nossa carreira, representatividade de autores negros da nossa literatura e vemos pouca representatividade de pessoas que falam sobre esse assunto, bem como pouquíssimos materiais didático-pedagógicos para tratar desse assunto, então acho essencial.

4.2.3 Terceira preliminar de pesquisa

A preliminar 3 foi realizada com um professor de escola municipal do Ensino Fundamental II do Espírito Santo. O Kemetn 3 é diretor e se interessou em participar da pesquisa. A entrevista foi encaminhada por e-mail, assim como a devolutiva.

1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?

Sou professor formado em Ciências Biológicas, pós-graduado e mestre em Genética e hoje estou como diretor e gestor escolar. Sou professor da rede tem 10 anos, estou na função de gestão há 5 anos.

2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?

Quando estava na regência de classe era muito normal ocorrerem piadas de cunho racial. Na verdade, não são piadas, são expressões de racismo, mas era muito normal, principalmente

com alunos do Ensino Fundamental. A reação é sempre levar à coordenação, mas isso não é tão eficaz; mais eficaz é a conscientização, trazer o menino que fala, que não pode explicar o porquê, acho que funciona melhor.

3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?

Conhecimento, por parte da equipe pedagógica, da legislação que trata sobre o assunto, acho que é um ponto a ser modificado; outro ponto é a inclusão da temática no calendário escolar, não apenas em novembro, mas em todo o decorrer do ano letivo, com ações integradas.

4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo? Como foi essa experiência?

Estamos vivendo no ano em que foi lançado um curso de educação para equidade, não apenas equidade racial, mas também de idade, social, de gênero, para todos os gestores das redes capixabas; fiz a formação *Raízes*, oferecida pelo governo do estado do Espírito Santo, e cursos livres.

5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

Considero mais que importante, considero essencial. Marcos teóricos são sempre importantes para professores e pesquisadores, pois sem arcabouço bibliográfico não conseguimos traçar a parte prática.

4.2.4 Quarta preliminar de pesquisa

A preliminar 4 foi realizada com uma professora de escola estadual do Ensino Médio do Espírito Santo. A Kemetn 4 é coordenadora de turno e se interessou em participar da pesquisa. A entrevista foi encaminhada por e-mail, assim como a devolutiva.

1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?

Sou professora formada em Pedagogia e em Normal Superior, pós-graduada em Alfabetização e Letramento e estou na função de coordenação de turno e de corredor. Tenho 21 anos de magistério e estou na coordenação desta escola tem 13 anos.

2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?

Na época em que estava na regência de classe, trabalhava com o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, nas séries de alfabetização, então brincadeiras e apelidos são muito comuns, e alguns deles são racistas. Como eram crianças muito pequenas, a forma de punição às vezes não era tão efetiva, sempre era bom trazer para conversas e, com exemplificação, mostrar, principalmente para a parte que é vítima, que aquele xingamento não o definia como pessoa.

3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?

Acredito que informação e formação, entretanto acho que o modelo EAD não contempla esse tema. Formações presenciais serão mais eficazes, pela oportunidade de troca com os nossos pares, mas não formações apenas direcionadas para secretaria e momento de planejamento, professor e momento de conselho de classe: também seria importante trazer essa temática para o debate escolar.

4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo? Como foi essa experiência?

Se considerar as formações oferecidas pelo governo do estado, fiz a formação *Raízes*, que foi obrigatória para todos os funcionários municipais, e atualmente estou fazendo estudo das relações étnico-raciais da SEDU.

5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

Acho importante, principalmente pesquisas que levem em consideração a opinião e a visão do professor, porque muitas pesquisas são voltadas apenas para a teoria, e não levam em consideração a realidade do chão da escola, que é onde os problemas realmente acontecem.

4.2.5 Quinta preliminar de pesquisa

A preliminar 5 foi realizada com uma profissional de escola estadual do Espírito Santo. A Kemetn 5 é auxiliar de secretaria escolar e se interessou em participar da pesquisa. A entrevista foi encaminhada por e-mail, assim como a devolutiva.

1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?

Sou formada em Contabilidade, faço mestrado em Administração Pública e trabalho atualmente como auxiliar de secretaria escolar. Não sou professora, mas estou na educação tem dois anos e meio.

2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?

Não sei se é racismo, mas, no momento da matrícula, muitos pais se sentem desconfortáveis em expressar a cor dos seus filhos, quando perguntamos a etnia, cor e raça para matricular a criança. Sempre nos perguntam o que nós achamos, e lembramos que é um autorreconhecimento, e então sempre colocam uma cor mais clara para seu filho.

3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?

Não estou na sala de aula, entretanto acho que racismo é uma temática a ser trabalhada em todo local, e a sala de aula não seria diferente, talvez algumas formações.

4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo? Como foi essa experiência?

Estou fazendo atualmente o estudo das relações étnico-raciais que foi oferecido pela Secretaria de Educação do Estado. Estou gostando, pois muitas das situações apresentadas são corriqueiras no nosso dia a dia.

5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

Não sou professor, mas acho que qualquer tipo de debate sobre discriminações, racismo, preconceito são importantes, para fazer a gente parar para pensar e saber como agir.

4.2.6 Sexta preliminar de pesquisa

A preliminar 6 foi realizada com uma professora de escola estadual do Ensino Fundamental II do Espírito Santo. A Kemetn 6 é professora e se interessou em participar da pesquisa. A entrevista foi encaminhada por e-mail, assim como a devolutiva.

1) Qual é a sua área de formação? Nível de especialização? Qual? Qual sua área de atuação? Você é professor há quanto tempo?

Sou professora de Língua Portuguesa, graduada em Alfabetização e Letramento e também em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa. Sou professora regente e professora coordenadora de linguagens, estou no magistério há 6 anos.

2) Você já presenciou algum fato de racismo ou preconceito dentro da escola? Se sim, como reagiu?

Já presenciei inúmeras vezes, em momentos de descontração em sala de aula, com piadas de cunho racial, em atividades pedagógicas, onde crianças negras são colocadas em modo de espera pelos colegas, e em exposições inadequadas relacionando alunos e pessoas negras à condição e à história da escravidão. Sempre trago à baila os instrumentos pedagógicos antirracistas e chamo à conversa pais e alunos.

3) Quais os pontos que você acredita que precisam ser modificados para favorecer a inclusão das pautas raciais em sala de aula?

Primeiramente, uma conscientização de que falar desse assunto não é uma questão de querer, mas sim uma questão legal, visto que há uma lei que preconiza isso, e nós não podemos nos furtar de tal missão. Seriam formações como ações mais efetivas, com ações práticas e canais de escuta com as escolas, acho que isso solucionaria o problema.

4) Você já fez alguma formação, estudo ou pesquisa para melhorar o trabalho com os alunos na ótica do antirracismo? Como foi essa experiência?

Como é um assunto que me influencia pessoalmente, visto que sou uma mulher branca casada com um homem negro e tenho filhos negros, sempre estou correndo atrás de aumentar meu esclarecimento. Participei de grupos de estudos independentes, bem como das formações oferecidas pela Secretaria de Educação, e foi uma experiência interessante, entretanto aquém das minhas expectativas, visto que senti falta de situações mais práticas.

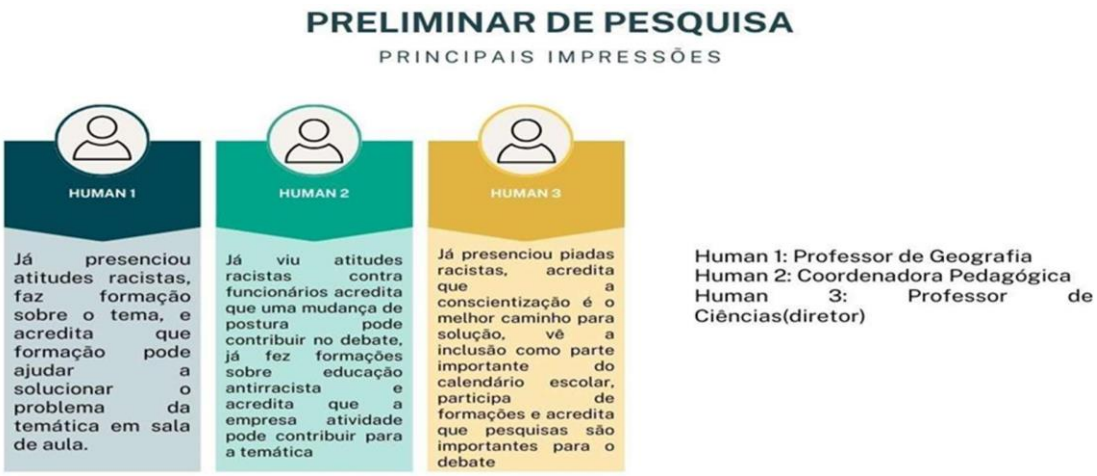
5) Como professor, você considera importante uma pesquisa voltada para a temática apresentada? Explique.

Acho muito interessante, visto que estamos formando cidadãos, e a cidadania plena se dá no exercício de seus direitos e deveres. O respeito é um direito e também um dever de todo cidadão. Se nós não ensinarmos os nossos alunos a respeitar uns aos outros, e principalmente as diferenças, formaremos adultos que também fazem o mesmo. Então, acho muito válido que sempre existam propostas que versem não só sobre esse tema, mas qualquer um relacionado a qualquer tipo de preconceito.

4.3 Preliminar de pesquisa: considerações

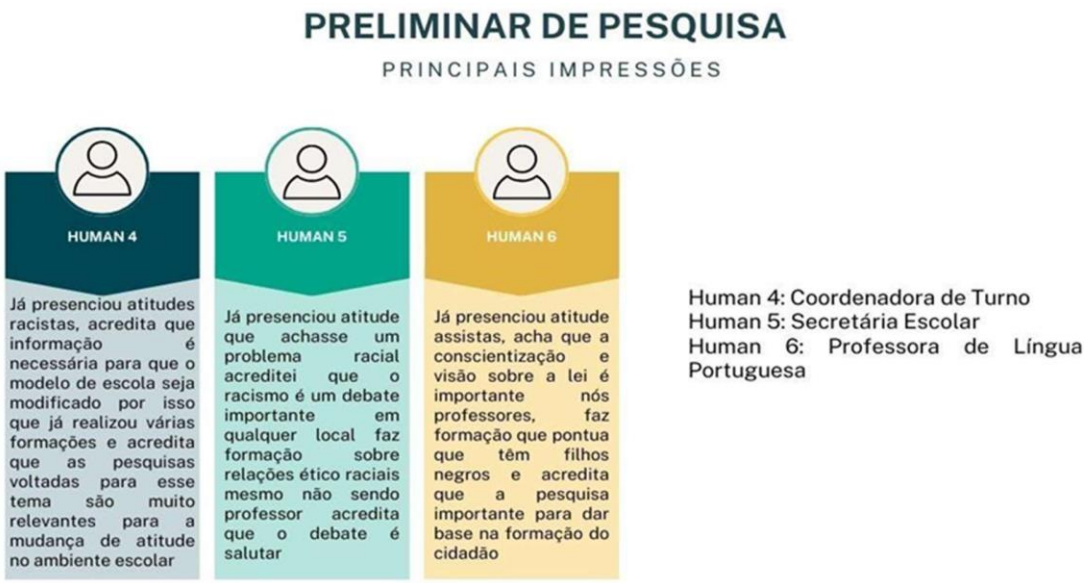
A preliminar de pesquisa permitiu uma análise da situação em estudo, dando base para adequações ao projeto e estudo de sua viabilidade.

Figura 6 – Achados mais relevantes associados às preliminares de pesquisa realizadas (Kemetn 1, 2, 3)



Fonte: Autoral (2023).

Figura 7 – Achados mais relevantes associados às preliminares de pesquisa (Kemetn 4, 5, 6)



Fonte: Autoral (2023).

As Figuras 6 e 7 foram resultado da análise das entrevistas utilizadas na preliminar de campo, que, seguindo orientações da análise de conteúdo, foram alvo de uma leitura flutuante após a separação em alguns pontos. Esses pontos foram essenciais para identificar algumas informações que se destacaram:

- A necessidade de formação para o corpo docente e equipe escolar com a temática ‘equidade racial’;
- Episódios de cunho racista são comumente vistos e presenciados por educadores dentro do meio escolar, mesmo que travestidos de brincadeiras;
- Educadores possuem e/ou tiveram contato com algum tipo de formação com a temática da diversidade racial, mas não acreditam que seja suficiente para trabalhar esses temas em sala de aula;
- Dificuldade de colocar em prática a Lei nº 10.639, que versa sobre o ensino da história africana em sala de aula;
- Pesquisas e estudos sobre letramento e equidade racial são importantes, pois se tornam base teórica para futuras ações práticas a serem aplicadas na escola.

Esses pontos de destaque foram separados em três categorias: (1) capacitação profissional; (2) questões atitudinais e (3) teoria e prática. A partir de agora, discutiremos, de

forma breve, as categorias identificadas, tendo como base as falas dos profissionais da educação.

Se posicionar diante de situações que impossibilitam a diversidade em qualquer lugar é obrigação de todo cidadão, entretanto cabe ao professor, em posição de formação de futuros cidadãos, se posicionar mais fortemente. Tal posicionamento não pode ser errôneo, e é necessário que uma série de competências sejam estimuladas no profissional de educação para que ele possa transmitir a seus alunos, dentro da prática docente, competências que estimulem o aprender a conviver. Assim, esse professor precisa passar pelo processo de formação para se posicionar com mais segurança.

As formações são essenciais para que o professor possa realizar no dia a dia escolar aquilo que foi determinado por sua profissão. Ele precisa realmente ser mediador, para além de competências curriculares e de objeto de conhecimento, mas também de competências socioemocionais, entre elas a empatia e o respeito. A necessidade de formação é um ponto levantado por todos os professores, educadores e profissionais de educação ouvidos na preliminar de campo, como podemos observar nas menções de Kemetn 1 e Kemetn 5, que desempenham funções diferentes no ambiente escolar, entretanto compartilham da mesma visão:

> Kemetn 1: Fiz a formação *Raízes*, que é uma formação oferecida pelo governo do estado do Espírito Santo, e alguns cursos livres proporcionados pela internet, além da disciplina de educação para o ensino da cultura afro que temos na faculdade.
>
> Kemetn 5: Estou fazendo atualmente o estudo das relações étnico-raciais que foi oferecido pela Secretaria de Educação do Estado. Estou gostando, pois muitas das situações apresentadas são corriqueiras no nosso dia a dia.

Mesmo tendo conhecimento sobre o que envolve as questões sociais, como o contexto histórico marcado pelo racismo no país, e estando ciente de que isto é uma questão que perpassa os muros da escola, é necessário entender que apenas o conhecimento empírico não é o bastante para dar base e subsídio para que o professor trabalhe dentro de sala de aula um tema tão relevante.

Essa informação, quando confrontada por dados de violência racial dentro da sala de aula, se faz muito importante, porque ajuda o profissional de educação que foi partícipe ou testemunha de tais atos a saber como agir, visto que todos os seis participantes responderam já ter presenciado algum tipo de ato racista ou envolvendo a questão racial em seu ambiente de trabalho.

> Kemetn 2: Com alunos não presenciei, não que me lembre, mas contra funcionários já presenciei um pai vindo à escola e, ao avistar a diretora da unidade escolar, pediu para que chamasse os gestores, associando a diretora, que era negra, a uma posição subalterna (...).
>
> Kemetn 6: Já presenciei inúmeras vezes, em momentos de descontração em sala de aula, com piadas de cunho racial, em atividades pedagógicas, onde crianças negras eram colocadas em modo de espera pelos colegas, e em exposições inadequadas relacionando alunos e pessoas negras à condição e à história da escravidão.

Essa falta de preparo se mostra de forma bem clara nas instituições públicas de ensino, assim como outras instituições que são atravessadas pelos mesmos problemas encontrados na sociedade atual, sendo assim os professores cidadãos viventes nessa sociedade não se distanciam de tal realidade dentro dos muros da escola. Dessa forma, é possível confirmar a situação de inação quando entrevistados respondem que a sua reação quando confrontados com situações racistas é repassar para outra instância a solução do problema.

> Kemetn 3: Reação é sempre levar à coordenação.
>
> Kemetn 1: De forma aberta, segregação, não! Entretanto, o *bullying* é muito forte contra pessoas de pele escura, xingamentos são muito comuns. A gente sempre tenta solucionar esses problemas levando à coordenação, conversando com os alunos para tentar mediar a situação.

Por outro lado, é necessário ver com entusiasmo a consciência de educadores de que apenas punição não é a solução desse problema, visto que muitos responderam que uma conscientização é necessária como forma de sanar a situação de racismo dentro das salas de aula. Esse olhar esteve presente nas respostas e foi observado em várias falas dos entrevistados na preliminar de campo.

> Kemetn 4: Punição às vezes não era tão efetiva, sempre era bom trazer para conversas e, com exemplificação, mostrar, principalmente para a parte que é vítima, que aquele xingamento não a definia como pessoa.
>
> Kemetn 3: (...) mais eficaz é a conscientização, trazer o menino que fala, que não pode explicar o porquê, acho que funciona melhor.

Para além dos aspectos levantados pelos participantes em relação à forma de respostas a comportamentos racistas, é importante observar que o professor, mesmo alegando que lhe falta formação necessária para lidar com determinados temas, busca dirimir os efeitos desses eventos, que são traumáticos e podem acarretar perdas quanto a aspectos socioemocionais e pedagógicos.

> Kemetn 6: Sempre trago à baila os instrumentos pedagógicos antirracistas e chamo à conversa pais e alunos.

Por fim, houve uma total percepção dos educadores de que as pesquisas relacionadas à temática racial são de muita importância, como detectado nas falas de alguns participantes que relatam que pesquisas acadêmicas sempre contribuem para o debate e subsidiam ações práticas e pedagógicas a serem desenvolvidas dentro da escola. Os entrevistados evidenciaram tal percepção exprimindo suas ideias nas respostas da pergunta de número cinco:

> Kemetn 1: [formação] é essencial, entretanto acredito que a pesquisa só se torna relevante se vier acrescida de uma parte prática, pois a teoria muitas vezes fica somente no campo das teorias (...).
>
> Kemetn 2: Acho essencial, sim, tratarmos do assunto. O assunto parece estar resolvido, e não está, nós vemos pouca representatividade de pessoas pretas em posição de chefia dentro da estrutura de nossa carreira (...).
>
> Kemetn 3: Considero mais que importante, considero essencial. Marcos teóricos são sempre importantes para professores e pesquisadores, pois sem arcabouço bibliográfico não conseguimos traçar a parte prática (...).
>
> Kemetn 6: (...) acho muito válido que sempre existam propostas que versem sobre esse tema. Não só esse tema, mas qualquer tema relacionado a qualquer tipo de preconceito.

Este último apontamento é confirmado por Campos (2009), em artigo no qual se pergunta para que serve a pesquisa em educação, e o autor aponta para a necessidade de aproximar a realidade acadêmica e a investigação científica à reflexão daqueles que colocam em prática os assuntos que são estudados nas pesquisas. Ele enfatiza que a pesquisa é uma atividade humana, e que os centros de estudos não estão fora da sociedade, portanto aqueles assuntos também estão incorporados na vida social das pessoas, fato levantado pelos professores em suas respostas quando afirmam que as pesquisas podem servir de base teórica para atividades a serem desenvolvidas dentro da escola, no combate ao racismo e na instituição de práticas antirracistas.

Enfim, pelas impressões levantadas na preliminar de campo é possível analisar que o racismo é retratado nas escolas pelos educadores como algo a ser debatido, e é importante que existam estudos que versem sobre o assunto para que se aprenda a tratá-lo de maneira adequada. Como Alves (2012) diz em seu estudo, é necessário refletir sobre o racismo com os professores, visto que o surgimento de novas ideias na cabeça desses educadores pode contribuir para promover o respeito às pessoas, independentemente da cor de sua pele.

5 CAMPO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

O trabalho utilizou como metodologia principal o relato de experiência, descrevendo as ações ocorridas durante as observações do ano de 2022 em escolas de Ensino Fundamental e Médio localizadas no sul do estado do Espírito Santo. O relato de experiência traz consigo as observações e intervenções que foram realizadas quando observados os objetivos propostos no início desta dissertação.

O ano letivo de 2023 teve início em 3 de fevereiro, com atividades letivas com alunos nas unidades escolares da rede pública de educação do estado do Espírito Santo. As escolas utilizam os planos de ensino referentes a cada série/ano, baseados e amparados pelo Currículo Capixaba.

A educação inclusiva precisa ser pensada em uma escola que visita e se interessa pelos mais diversos tipos de inclusão. Principalmente em uma escola que se preocupa em trazer ao centro do debate todos os componentes de sua comunidade escolar, a inclusão de questões raciais dentro do debate da educação inclusiva é necessária, quando enxergamos essa modalidade com um olhar mais amplo, que vá além da questão de pessoas com deficiência.

No contexto da prática antirracista, a educação apresenta algumas demandas de criação de estratégias que tornem possíveis a aplicação de atividades com recursos pedagógicos que envolvam essa temática e sejam capazes de alcançar todos os alunos das unidades escolares, não só negros, mas também alunos não racializados, visto que o racismo é um problema de todos. Dessa forma, o processo de letramento racial se tornou possível devido à apresentação da temática como forma natural dentro das escolas.

O currículo como um instrumento de poder é amparado pela Lei nº 10.639, que modifica a Lei nº 9.394/96 – LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) – e traz a necessidade da apresentação de conteúdos que tragam à baila o ensino de africanidades para todos os alunos da rede de educação do Brasil. Dessa forma, o assunto desta dissertação não é estranho à realidade das escolas, ao menos na teoria, visto que é apresentado como essencial para o cumprimento de determinações legais, como as estruturas e organizações curriculares.

O decorrer do ano letivo, que aconteceu de maneira presencial pela primeira vez desde a pandemia de 2020 e foi institucionalizado pelas redes municipais e estadual do Espírito Santo, trouxe as ideias de ciclo de gestão e PDCA[7]. Tais instrumentos de regulação e acompanhamento

[7] *Plan-Do-Check-Act*" (Planejar, Executar, Verificar, Agir), ou PDCA, é um modelo para a melhoria de processos.

de atividades foram essenciais para serem utilizados como base para o relato de experiência utilizado nesta dissertação, com autorização dos participantes da pesquisa por meio de termo de livre consentimento, preconizado pelas documentações apresentadas ao comitê de ética em pesquisa através da Plataforma Brasil, também no corrente ano.

Durante quatro semanas, algumas aulas foram observadas, implementando as sequências didáticas que foram utilizadas para construção deste relato de experiência. Foram utilizadas turmas finalistas do Ensino Fundamental de escolas públicas do sul do estado do Espírito Santo, por meio de aulas do componente curricular *Projeto de Vida*, parte integrante da área diversificada do currículo do Espírito Santo. É importante destacar que os alunos não foram objeto desta pesquisa, mas sim a percepção dos professores acerca do material apresentado.

Diante do objetivo desta dissertação, a utilização da metodologia pedagógica de sequência didática foi o recurso que melhor se adequou à proposta de trabalho. Segundo Machado e Cristóvão (2006), a sequência didática é uma organização sequencial do fazer pedagógico. Acredita-se que para o melhor encaminhamento desse modelo de atividade é necessário seguir quatro passos: definição da prática da forma do que será ensinado, seguida pela construção do modelo didático a ser aplicado pelo educador, para que, em um terceiro passo, se inicie a elaboração e construção da sequência didática propriamente dita, e, por fim, a transposição didática para a prática dentro da sala de aula.

Ainda sobre a particularidade da metodologia escolhida em comparação com os planos de aula, que são unitários e com tempo resumido, a sequência didática se mostrou mais viável devido à oportunidade de estar em contato com o assunto por mais tempo e por um maior número de aulas, fornecendo ao educando um conhecimento maior sobre o assunto a ser apresentado pelo professor, inclusive oferecendo a ele outras visões sobre diversos temas. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 82) afirmam:

> Uma SD é “um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. Os autores defendem que a SD precisa ser utilizada como procedimento para ajudar o aluno a compreender melhor os gêneros textuais, como: narrativas de aventura, reportagens esportivas, receitas de cozinha etc. Essa compreensão pode permitir ao aluno escrever ou falar de forma adequada em uma determinada situação de comunicação.

A BNCC, quando demonstra alguns instrumentos de avaliação e de caráter formativo, ressalta que é muito importante explorar diversos recursos pedagógicos, com vistas a permitir ao educando a sua melhor avaliação e o melhor aproveitamento do processo de aprendizagem.

Daí existe a importância de diversificar tanto os instrumentos de avaliação quanto os instrumentos de apresentação de conteúdo, as chamadas abordagens pedagógicas. Dessa maneira, a sequência didática se transforma em um poderoso método a ser utilizado para além da BNCC.

De forma geral, além da educação brasileira, o estado do Espírito Santo, por meio da Portaria 168R, de 2020, estabelece os mecanismos a serem utilizados para avaliação do aluno. Segundo o documento, em seu Artigo 8º:

> (...) Avaliação é um processo contínuo que possibilita compreender, de forma global, o projeto educativo e assume funções que se integram e se complementam, sendo:(...) II - Formativa: tem por objetivo acompanhar a aprendizagem dos estudantes, ao longo do processo educativo, identificando se as aprendizagens estão ocorrendo, de acordo com o esperado, bem como realizando ajustes nas atividades e abordagens escolhidas no planejamento inicial.

Assim, fica claro que o professor precisa encontrar a melhor forma de aproveitar o sistema avaliativo, não somente com avaliação tradicional, mas também com atividades que precisam estar contempladas no planejamento que o professor realiza, bem como em seu guia de aprendizagem. A sequência didática é um desses instrumentos apresentados como forma de garantir o aprendizado do aluno e que o professor ensine com mais qualidade, trazendo para si um caráter formativo.

As escolas observadas utilizam como forma de organização o planejamento quinzenal e semanal, que se encaixa dentro do plano de ensino trimestral de cada unidade escolar e dentro dos guias de aprendizagem desenvolvidos pelas áreas de conhecimento e acompanhadas pelas equipes pedagógicas. Dessa maneira, as atividades apresentadas aos alunos nesse período foram planejadas juntamente com os professores coordenadores de área e equipe pedagógica antes de serem aplicadas em sala de aula.

O estudo das relações étnico-raciais em jornadas pedagógicas e planejamentos semanais trouxe uma inquietação para os profissionais, diante da necessidade de estabelecer uma forma de apresentar tais conteúdos que não são polêmicos, entretanto não são usuais, considerando-se o tempo e a forma como a educação brasileira foi e é construída. Sendo assim, diante desses questionamentos foram elaboradas estratégias e atividades pedagógicas pensadas de maneira diversificada, a serem apresentadas às turmas observadas por meio da sequência didática, durante a semana de observação.

5.1 Relato de experiência – Primeira semana: leitura de *O Pequeno Príncipe* de Antoine de Saint-Exupéry e *O Pequeno Príncipe Preto* de Rodrigo França

Na primeira semana, trabalhamos com *O pequeno príncipe preto*, do autor e militante do movimento negro Rodrigo França (Figura 8). A professora contou a história na forma de leitura fatiada, em que cada aluno lia um trecho e tinha contato com a obra física. Os alunos também tiveram acesso a um vídeo, disponibilizado no *YouTube*, para conhecer a história.

Figura 8 – O pequeno príncipe preto



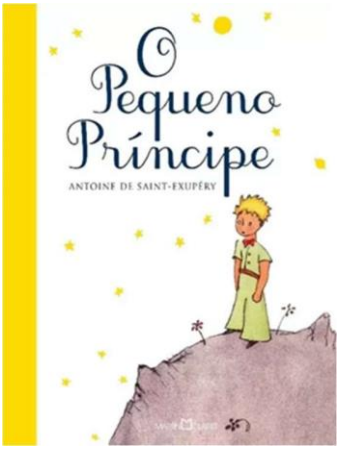
Fonte: Google (2023).

Como uma forma de ambientação ao conteúdo visto, algumas perguntas foram feitas para os estudantes, dentre elas o nome do personagem principal, o porquê eles achavam que aquela história teria sido escolhida, confirmação do final da história, alguns detalhes como cor de roupa, locais em que o personagem principal estava e se eles poderiam falar o nome de algum aluno que poderia desempenhar o papel de protagonista da história.

Após o momento de ambientação, a professora, mais uma vez por meio de intervenções orais, incentivou alguns alunos a continuarem a responder, principalmente aqueles que não costumam se pronunciar ou interagir em situações pedagógicas. Como forma também de aumentar a aprendizagem dos alunos, a professora utilizou a televisão e promoveu a exibição da história do Pequeno Príncipe Preto de forma resumida.

Em um segundo momento, na quarta aula da semana, a professora apresentou o livro *O pequeno príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry, na versão original (Figura 9). Também repetiu as perguntas de ambientação, bem como a segunda exibição em forma de um vídeo resumido, como atividade e para atender a alguns objetivos de aprendizagem da BNCC, como revisar texto produzido com ajuda do professor e colaboração dos colegas. Esta atividade também foi desenvolvida de forma oral.

Figura 9 – O pequeno príncipe



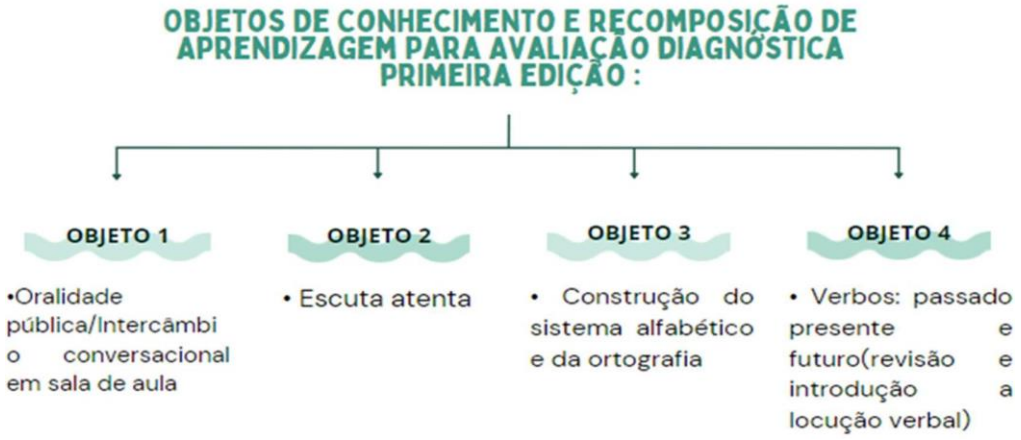
Fonte: Google (2023).

A professora organizou a sala em círculo, promovendo uma roda de conversa, e debateu com os alunos sobre as diferenças encontradas em uma história e outra, dando ênfase principalmente às diferenças entre os personagens principais, fazendo com que os alunos começassem a ver que os pequenos príncipes eram diferentes, entretanto ambos continuavam sendo príncipes, realizando assim uma mudança de ótica entre a história eurocentrada e a história contada pelo viés racial afrocentrado, promovendo assim um sentimento de identificação.

No processo de interdisciplinaridade, a professora, após a conversa com os alunos, apresentação dos livros e processo de valorização da autoestima, incentivou os alunos a reproduzirem as capas das obras utilizando como personagens os próprios colegas que estavam participando da atividade, fazendo com que os alunos pudessem refletir acerca da representatividade e ressignificação de belezas.

Essa sequência didática foi aplicada nas aulas de Língua Portuguesa de uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal situada no município de Apiacá, sul do estado do Espírito Santo. Os objetos do conhecimento (Figura 10) utilizados nessa sequência levaram em consideração a matriz curricular do plano de ensino da escola, bem como habilidades do currículo capixaba e da BNCC.

Figura 10 – Objetos do conhecimento utilizados nessa sequência



Fonte: Autoral (2023).

As habilidades esperadas também foram escolhidas de forma a atender a matriz de referência da avaliação diagnóstica da primeira edição, visto que o sexto ano é uma turma de atenção da rede municipal, pois se encontra em etapa de transição, como podemos ver a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática

Habilidades curriculares	Descrição
EF15LP06	Reler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de ortografia e pontuação.
EF15LP09	Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa articulação e ritmo adequado.
EF15LP10	Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.

Fonte: Autoral (2023).

Na etapa C do PDCA da sequência didática, a professora relatou que foi importante a percepção e a conversa com os meninos principalmente, pois, muitas vezes, segundo a professora em seu relato, eles não se sentem contemplados e se veem como não pertencentes às

histórias já contadas, principalmente quando essas histórias possuem imagens de príncipes, princesas e heróis. Segundo os professores em seus relatos, foi muito importante tal percepção, visto que vai ao encontro dos objetivos esperados para esse planejamento e demonstra que é viável esse tipo de abordagem pedagógica dentro do ambiente de sala de aula.

Quadro 2 – Descrição dos objetivos a serem alcançados nas aulas da segunda semana

Área do Conhecimento	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Linguagens (Língua Portuguesa)	Valorizar a história, a identidade e a trajetória de todos os diferentes povos que constituem o país, tirando o foco dos colonizadores como dominantes.	• Reconhecer as diferenças culturais entre artistas; • Valorizar artistas pretos como autores literários; • Desconstruir visão colonial na literatura nacional; • Transversalizar a luta antirracista.
Linguagens (Arte)		• Transversalizar a luta antirracista através da arte.

Fonte: Autoral (2023).

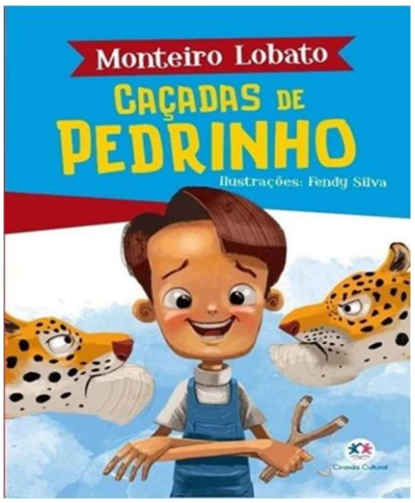
5.2 Relato de experiência – Segunda semana: leitura de *Caçadas de Pedrinho* de Monteiro Lobato

Na segunda semana de relato de experiência, trabalhamos com a obra literária *Sítio do Picapau Amarelo*, de Monteiro Lobato. É importante ressaltar que Monteiro Lobato é tido por muitos estudiosos como autor com comportamento racista. A professora contou a história utilizando fantoches, dramatizando juntamente com seus alunos de sexto ano, que recontaram a história posteriormente em uma semana de literatura para alunos visitantes do público de Educação Infantil.

A sequência desenvolvida durante a segunda semana do relato de experiência foi construída no planejamento quinzenal com o intuito de ser aplicada durante cinco aulas das disciplinas de Língua Portuguesa e de Arte, pois se tratava de um projeto da área de linguagens que estimulava a criação de atividades em disciplinas correlatas.

Os alunos tiveram acesso à obra em forma de quadrinhos, mais especificamente aos livros *Caçadas de Pedrinho* (Figura 11), e assistiram a um vídeo da versão da série *Sítio do Picapau Amarelo* (Figura 12), exibida na Rede Globo de Televisão nos anos 2000.

Figura 11 – Caçadas de Pedrinho



Fonte: Google (2023).

Figura 12 – Sítio do Picapau Amarelo



Fonte: Canal Viva (2023).

A ambientação foi construída com o intuito de relacionar a história com um tema previamente discutido com os alunos, que foi a questão racial, principalmente porque em História os alunos estavam estudando a matéria Egito, e o professor argumentou que esse território estava/está situado na África, com o objetivo de lembrar que o continente africano não está apenas relacionado à escravidão, mas também a grandes reinos.

Em uma abordagem interdisciplinar da sequência didática, a professora incentivou os alunos a recontarem as histórias em forma de quadrinhos e deu a seguinte sugestão: modificar os personagens para pessoas que eles conheciam.

Essa sequência didática foi aplicada nas aulas de Língua Portuguesa e Artes de alunos do sexto e sétimo ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal situada no município de Mimoso Sul, no estado do Espírito Santo. Os objetos de conhecimento foram levados em

consideração, assim como a matriz curricular do plano de ensino da escola, que, por sua vez, considera as habilidades do currículo capixaba e da BNCC.

Quadro 3 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática

Habilidades curriculares	Descrição
EF15LP02	Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas.
EF15LP15	Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.
EF15AR04	Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo.

Fonte: Autoral (2023).

É importante perceber que as habilidades desenvolvidas nessa sequência didática são habilidades geralmente encontradas no primeiro ciclo do Ensino Fundamental, visto que a turma pertence a um programa chamado *Sucesso Escolar*, que tenta dirimir as desigualdades através da correção da distorção idade/série, ou seja, tenta recuperar habilidades nas quais o aluno, mesmo estando em séries superiores, ainda não atingiu proficiência.

Assim como todas as atividades pedagógicas relacionadas pela escola, esta foi realizada juntamente com a equipe de pedagogos e planejamento.

A professora relatou que sentiu incômodo por parte dos alunos ao descrever algumas situações que anteriormente ela havia comentado como situações racistas descritas pelo autor, respeitando a determinação do Ministério da Educação de que os livros com edições mais novas de Monteiro Lobato, principalmente o livro aqui utilizado, sejam acompanhados de explicações sobre o contexto histórico, devido a falas preconceituosas. A educadora aproveitou e perguntou aos alunos se era correta a forma como o autor se referia à personagem Tia Nastácia. Com o debate, a professora percebeu que os alunos se sentiram incomodados em retratar a personagem, no momento de recriação da história, da mesma forma como o autor.

Segundo os professores de Arte e Língua Portuguesa, foi muito importante a utilização de um livro sabidamente já questionado por associações do Movimento Negro devido a situações racistas, visto que em outros locais esses livros são encontrados, mostrando assim a importância de revisitar a literatura antiga, trazendo-a para o contexto atual e incorporando a prática antirracista.

Outro *feedback* importante encontrado no PDCA realizado pelos educadores foi um desconforto por parte de uma das professoras em repetir algumas expressões utilizadas pelo autor, não somente durante as aulas, mas durante a construção do planejamento nas reuniões diárias, visto que sabidamente as versões originais dessa obra possuem fortes expressões de cunho racista, demonstrando assim que, além de atingir os alunos, os professores também precisam estar preparados para abordar certas questões dentro de sala de aula.

5.3 Relato de experiência – Terceira semana: *Eu enxergo*

O terceiro relato de experiência foi construído através da narrativa de uma disciplina eletiva que tinha o intuito de exaltar e ressignificar belezas dentro da sala de aula. A eletiva foi nomeada *Eu enxergo* e tinha como principal alvo meninas e meninos de condições socioeconômicas mais vulneráveis. A disciplina tinha como componentes de ligação à BNCC a Língua Portuguesa e as Ciências, pois associava leitura com cuidados de higiene pessoal.

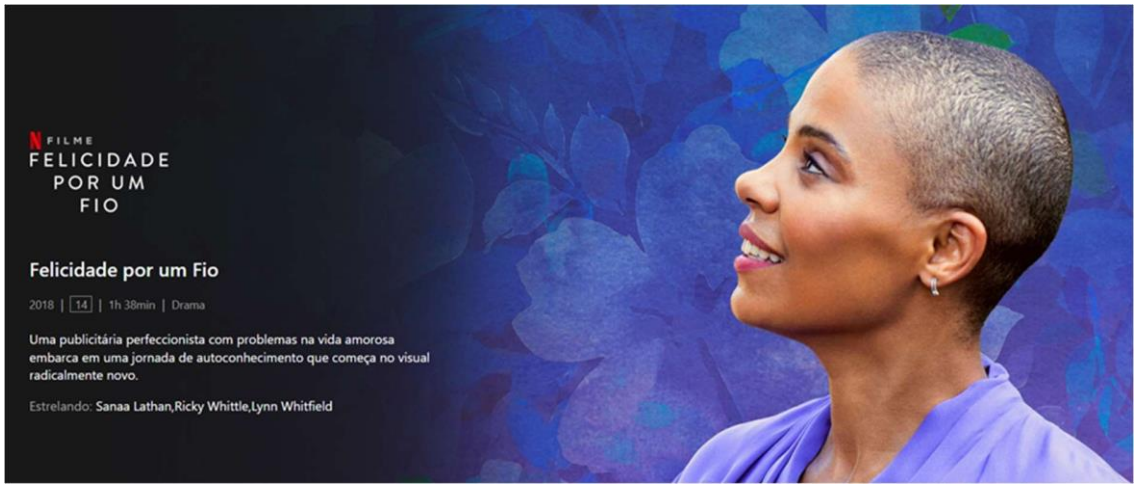
A sequência didática foi desenvolvida no período de quatro aulas de Ciências do sétimo ano do Ensino Fundamental. Essa sequência didática foi aliada a um projeto da prefeitura de Muqui, no Espírito Santo, chamado *Saúde na Escola*, no qual práticas de cuidado com a saúde primária, como escovação dental, cuidado com parasitas e distribuição de kits de higiene, eram realizadas com todos os alunos da rede. Importante ressaltar que todos os alunos participavam desse projeto, não ocorrendo, portanto, discriminação ou constrangimento para nenhum aluno.

A professora iniciou as aulas de Ciências falando do cuidado com a pele e aproveitou para falar sobre diferentes tipos de pele, bem como fatores de proteção de protetores solares. A professora relatou que iniciou esse objeto de conhecimento devido a uma discussão percebida em sala de aula, quando alunos com peles mais claras declararam que não entendiam por que alunos com peles mais escuras utilizavam protetores solares, visto que não precisavam. A professora interveio e resolveu trazer esse assunto à tona para demonstrar que todas as peles precisam de cuidado, bem como todos os tipos de cabelo.

A ambientação da sequência didática foi feita em uma roda de conversa em que os alunos trouxeram e demonstraram diferentes tipos de cabelo, apontando uns aos outros as

características de seus colegas e da professora. Logo após, ocorreu a exibição do filme *Felicidade por um Fio*, de 2018, encontrado no site *Netflix*.

Figura 13 – Felicidade por um Fio



Fonte: Netflix (2018).

Após a exibição do filme, a professora de Ciências trouxe o conteúdo curricular relacionado ao cuidado e exemplificou os cuidados a serem tidos com os diferentes tipos de cabelo. Com isso, ela conseguiu, em forma de avaliação somativa, inserir a realidade do filme no dia a dia dos alunos e quebrar alguns estigmas e preconceitos acerca principalmente do cabelo crespo.

De volta ao momento de ambientação, a professora convidou o professor de Projeto de Vida[8], que é um componente da parte diversificada de escolas de tempo integral, e observou a execução de uma dinâmica onde o professor perguntava aos alunos quais partes do corpo eles gostariam de mudar. Muitos deles responderam que era o tipo de cabelo, e o professor buscou entender essa necessidade de mudança, salientando que cada aluno é de um jeito e que cada um possui a sua beleza. Essa dinâmica contemplava o pilar de 'aprender a ser', essencial na metodologia das escolas de tempo integral.

No último momento da sequência didática, a professora realizou uma autoavaliação onde os alunos deveriam se autodescrever, bem como descrever os cuidados que desenvolvem com seus corpos, utilizando os conteúdos curriculares de autocuidado, higiene e proteção. Essa

[8] Segundo o currículo capixaba, o Projeto de Vida é um componente integrador que tem como foco o autoconhecimento e a reflexão sobre a atuação do jovem no mundo, na família e na comunidade. Tem o objetivo de desenvolver a capacidade do estudante de dar sentido à sua existência, tomar decisões, planejar o futuro e agir no presente com autonomia e responsabilidade.

autoavaliação deu base para que a professora conseguisse avaliar se as habilidades a seguir, que foram propostas na sequência didática, foram ou não alcançadas.

Quadro 4 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática

Componente	Habilidade	Descrição
Ciências	EF07CI09	Interpretar as condições de saúde da comunidade, cidade ou estado, com base na análise e comparação de indicadores de saúde (como taxa de mortalidade infantil, cobertura de saneamento básico e incidência de doenças de veiculação hídrica, atmosférica entre outras) e dos resultados de políticas públicas destinadas à saúde.
Projeto de Vida		Autonomia; Confiança; Autoconhecimento.

Fonte: Autoral (2023).

Os professores apresentaram um *feedback* positivo em relação ao conteúdo curricular do componente de Ciências e também em relação à participação do professor de Projeto de Vida na apresentação da sequência didática. Antes de terminar a etapa de pendência no planejamento dos professores, em conversa entre eles, lembraram de como os alunos se sentiram à vontade em expressar seu descontentamento e contentamento com a sua própria aparência. Junto aos colegas de área, relataram que os educandos pareciam estar despidos de vergonha e conseguiram se sentir muito à vontade na roda de conversa, tanto no conteúdo da BNCC quanto no conteúdo da área diversificada, que é o Projeto de Vida, que geralmente extrai dos alunos informações que eles não costumam expor para outros professores.

5.4 Relato de experiência – Quarta semana: descobrindo o continente africano

O quarto e último momento de campo e de observação deste relato de experiência se deu a partir de uma necessidade de quebra de estereótipos acerca do continente africano. A sequência didática foi aplicada para alunos de oitavo e nono ano mediante as disciplinas História, Geografia e Projeto de Vida. Os alunos tiveram acesso a um vídeo sobre o continente africano e utilizaram o material oferecido pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2020 a 2023.

Como forma de orientação, a professora fez perguntas para os estudantes, entre elas, o que eles achavam do continente africano. Ela apresentou algumas fotos no *datashow* com imagens da África estereotipada, como fotos de doenças e desnutrição, e outras de grandes metrópoles africanas sem identificação, para que os alunos pudessem elencar quais imagens tratavam do continente africano.

Após o momento de ambientação, o educador, mais uma vez por meio de interações orais, incentivou que alguns alunos respondessem sobre como eles imaginavam um local perfeito, natureza, população, formas de riqueza, formas de educação, e promoveu ainda a exibição de um documentário sobre estereótipos da África.

Em um segundo momento, na terceira aula da semana, a professora exibiu um documentário sobre as diferentes formas e cores dos africanos, utilizando como parâmetro Nigéria, Congo e África do Sul. A professora aproveitou e relembrou os alunos sobre os processos de colonização e neocolonização que o continente africano sofreu com o passar do tempo.

Na última aula, aproveitando o gancho sobre diferentes tipos de africanos, a professora passou um documentário sobre colorismo[9], a fim de que os alunos experimentassem um processo de autoidentificação, como os personagens do documentário, a respeito de sua cor, visto que é um assunto ainda pouco debatido dentro e fora da sala de aula.

Na aula de Projeto de Vida, uma roda de conversa foi promovida com os alunos sobre os dados do Censo de 2022 para a porcentagem de alunos autodeclarados pretos, pardos e brancos, e a professora promoveu um pequeno censo dentro da sala de aula, falando sobre a identificação racial quando comparada com as matrículas e as informações prestadas pelos pais. A professora e os alunos, ao compararem as informações prestadas pelos mesmos com as de seus pais, identificaram algumas discrepâncias: alguns pais declararam seus filhos como pardos ou brancos, enquanto esses mesmos alunos se declararam como negros.

As professoras de História, Geografia e Projeto de Vida mostraram para o restante das turmas o minicenso que realizaram na sequência didática e, em conjunto com os professores da área de Matemática, utilizaram porcentagens para comparar os resultados oficiais do censo brasileiro com os da atividade proposta na sala de aula.

Essa sequência didática foi aplicada nas aulas de História, Geografia, Matemática e Projeto de Vida, para os alunos de sétimo, oitavo e nono ano de uma escola municipal de

[9] Segundo Munanga, o colorismo ou a pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer.

Mimoso do Sul, no estado do Espírito Santo. Os objetos de conhecimento utilizados nessa sequência foram extraídos da matriz curricular do plano de esporte e educação, bem como das habilidades do currículo capixaba e da BNCC.

Quadro 5 – Descrição das habilidades do Plano de Ensino Municipal contempladas por essa sequência didática

Componente	Habilidade	Descrição
Geografia	EF09CHG102	Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
Projeto de Vida		Aprender a aprender; Aprender a ser.

Fonte: Autoral (2023).

Para alcançar proficiência na atividade proposta pelos professores em conjunto, utilizando História e Geografia como parte da BNCC, foram propostos, como campo de atuação e objetos de conhecimento e aprendizagem, as seguintes informações:

Quadro 6 – Descrição das informações contempladas por essa sequência didática

Componente	Ação	Descrição
Projeto de vida	Campo de atuação	Mundo pessoal: meu lugar no mundo.
História	Objetos de conhecimento	As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente e futuro). Memória e Cronologia.
Geografia	Objetivo da aprendizagem	Reconhecer por meio de recursos visuais elementos de vivências e referências espaciais quanto sua identidade e pertencimento no mundo em que vive.

Fonte: Autoral (2023).

6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados deste trabalho foi realizada a partir das considerações de Bardin (2011) sobre a análise de conteúdo, organizando a metodologia em três passos: (I) análise, (II) exploração do material bruto e (III) tratamento final dos resultados, bem como a interpretação dos dados encontrados. Após a análise dos dados, foi realizado um confronto com os marcos teóricos que versam sobre os assuntos indagados no campo, bem como a reflexão sobre as ações mediante a bibliografia encontrada.

Ainda no espectro da análise dos dados, é importante ressaltar que a fundamentação teórica utilizada neste trabalho e a observação da realidade encontrada nas informações oferecidas pelo campo deram uma base para entender o funcionamento das instituições, assim como entender o pensamento dos atores envolvidos nesta pesquisa, sendo fundamental analisar tanto a teoria quanto os resultados das práticas pedagógicas, comparando-as com a realidade da escola. Sendo assim, o resultado de tal confronto pode dar condições para uma melhor análise e criticidade dos aspectos relevantes para os resultados esperados nesta pesquisa.

No decorrer deste capítulo, os dados serão analisados a partir da ótica primeiramente dos relatos de experiência, levantando os achados encontrados durante a observação do campo, passando, posteriormente, a uma análise mais rebuscada dos resultados das informações levantadas.

6.1 Análise dos dados: achados extraídos

A leitura exploratória foi realizada a partir do método de análise de conteúdo, de maneira atenta, na qual os diários de bordo e as atas de reuniões de área, com os *feedbacks* das observações encontradas nas aplicações das sequências didáticas, foram evidenciados no relato de experiência apresentado neste trabalho. Em seguida, foram designadas algumas categorias de análise, elencadas no Quadro 7:

Quadro 7 – Categorias de análise

Categorias	**Evidências do relato de experiência, a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011)**
Abordagem antirracista: práticas pedagógicas	● Professor como articulador de ações antirracistas; ● Situações-problema em sala de aula; ● Intervenções pedagógicas especializadas;

	● A prática pedagógica como fator de quebra de desigualdades; ● Interação professor/aluno; ● Sequências didáticas pautadas na abordagem antirracista permitem uma visão desconstruída de assuntos pré-determinados; ● Quebra de estereótipos estabelecidos por visões não plurais; ● Integração curricular com viés da equidade.
Ensino antirracista, aprendizagem significativa e interdisciplinaridade	● Possibilidade de correlacionar assuntos diferentes via um meio comum; ● Ressignificação de saberes; ● Ampliação da visão de inclusão no ambiente escolar.
Antirracismo como fator de formação integral do aluno	● Autorreconhecimento; ● Ressignificação de situações e paradigmas sociais pré-estabelecidos; ● Questionamentos sobre estruturas sociais; ● Democratização de pensamento.

Fonte: Autoral (2023).

6.2 Análise dos dados: considerações

Após a separação das categorias levantadas com base nas informações do relato de experiência, a análise de dados foi pavimentada de forma a discutir os resultados trazidos pelo Quadro 7, concluindo assim o processo metodológico apresentado neste trabalho.

Na categoria *Abordagem antirracista: práticas pedagógicas* foi possível avaliar a necessidade de construir práticas pedagógicas que incluam o professor como mediador de tais propostas. Mostrou-se necessário trazer a relação professor-aluno para o centro dos debates das mais diversas vertentes e assuntos que possam surgir em sala de aula, com o intuito de conduzir de forma eficaz as atividades pedagógicas.

Tal papel central se dá pela condição de conhecimento perante o alunado que o professor desempenha. O docente conhece seu público e sabe das limitações apresentadas por ele, então é o mais indicado para trazer novos conhecimentos e ressignificar aqueles já consolidados pelo aluno. De acordo com Coelho *et al.* (2020):

> O professor tem um papel importantíssimo como educador, em perceber e intervir nas dificuldades e frustrações identificadas na aprendizagem, e buscar por novos caminhos procurando reforçar a decisão do aluno em querer aprender. Deve ter disposição para conhecer de fato seus alunos e suas particularidades, o que requer muita sensibilidade, dedicação e satisfação para ser capaz de contagiar sua classe, despertando e motivando cada um deles para a independência e autonomia conseguida através do conhecimento.

Dessa maneira, atividades pedagógicas ganham um papel que vai além da exigência curricular e se transformam em instrumento que colabora para a educação integral do aluno e contribui como fator de quebra das desigualdades, reforçando o papel da escola como ator social no processo de transformação cidadã. Leite (1989) faz uma análise da importância da escolarização para transformar alguns cenários:

> (...) escolarização tem um papel decisivo no processo de formação da cidadania, principalmente para os alunos oriundos dos setores mais pobres da sociedade. Além disso, a ação escolar poderia ser muito mais eficiente e relevante neste sentido. Isto vai depender da clareza política dos setores sociais e de seu poder de organização para atuar como grupo de pressão visando à alteração dos fatores extra e intraescolares responsáveis pelo fracasso escolar (Leite, 1989).

Essa preocupação com o âmbito social da educação é reforçada no Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que preconiza a educação inspirada nos ideais de solidariedade humana, com o intuito e o compromisso do desenvolvimento pleno do educando (Brasil, 1996). Dessa maneira, se prova que a educação precisa trazer em suas práticas cotidianas um compromisso de modificação das estruturas pré-concebidas e proporcionar ao aluno uma nova visão de mundo.

Utilizar o professor como mediador desse processo faz com que a prática pedagógica seja centrada nas situações reais da sala de aula, situações-problema que muitas vezes são ignoradas de forma estrutural, entretanto é necessário que esses eventos que permeiam o dia a dia das unidades escolares sejam também pauta e palco de agregação de conhecimento e que permitam o processo de ensino-aprendizagem, visto que conflitos afetam o desenvolvimento do educando e o trabalho do educador. Martins (2016) faz uma reflexão sobre as consequências dos conflitos em sala de aula e como o professor é necessário nessas situações:

> Talvez o contexto democrático requeira não outro profissional na escola além dos já existentes, mas outro tipo de relação civil, na qual o princípio da igualdade - com base no respeito incondicional às diferenças de todos os tipos e no compromisso inalienável do direito à aprendizagem de todos - seja o pilar da ação de cada profissional e do desenvolvimento do trabalho coletivo na escola. Cabem mais estudos e investigações que aprofundem a reflexão sobre as consequências dessas ocorrências no trabalho do docente e do gestor e, principalmente, nos impactos das situações de conflito e violência nas relações de ensino e de aprendizagem.

Ainda nesse contexto, é necessário incluir conflitos encontrados na sala de aula no campo da inclusão, porém uma inclusão com uma visão cada vez mais ampla, que não somente verse sobre desigualdade, mas também sobre o princípio de trazer para perto assuntos muitas vezes colocados de lado, por conta das demandas sociais.

A escola como um local plural se transforma em uma plataforma para discutir esses assuntos. Entretanto, é necessário entender que as dinâmicas inclusivas não precisam estar pautadas apenas nas exigências curriculares, mas também no dia a dia prático da sala de aula, com assuntos de rodas de conversa e desconstrução de pensamentos dos alunos e professores. Veloso (2020) explicita essa necessidade em seu estudo:

> Para além de um currículo inclusivo, em favor de uma inclusão real onde o sujeito seja visto em sua condição histórica, cultural e social, torna-se urgente pensar e repensar sobre os conceitos e as Teorias do currículo, levantando mais discussões e problematizações para ampliar horizontes.

Ao discorrer sobre a categoria *Ensino antirracista, aprendizagem significativa e interdisciplinaridade* foi percebida uma similaridade com alguns pontos da categoria *Antirracismo como fator de formação integral do aluno*. Foi possível observar que a pauta antirracista pode ser desenvolvida para além da obrigatoriedade legal e curricular, permeando atividades corriqueiras do dia a dia, deixando de ser um assunto pontual para ser um necessário, constante na práxis pedagógica.

Seguindo o viés da aprendizagem significativa, as temáticas antirracistas são temas importantes e muito viáveis para trabalhar essa metodologia, visto que construir novos conhecimentos a partir de um ponto pré-estabelecido é o necessário para iniciá-la. Sendo assim, como na categoria anterior, utilizar conhecimentos de estruturas já conhecidas pelo estudante é um ponto básico para conseguirmos o objetivo final, que é o letramento racial. Se o educando já conhece um determinado assunto, a probabilidade de expandir a sua visão sobre o mesmo é muito maior.

Se for considerada a ideia da psicologia da educação que prega que o aluno não é uma tábula rasa e possui em sua vivência conhecimentos prévios, a ideia de que esses conhecimentos serão essenciais para novas aprendizagens é reforçada, o que é confirmado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) acerca do tema:

> O conceito de aprendizagem significativa, central na perspectiva construtivista, implica, necessariamente, o trabalho simbólico de "significar" a parcela da realidade que se conhece. As aprendizagens que os alunos realizam na escola serão significativas à medida que conseguirem estabelecer relações substantivas e não-arbitrárias entre os conteúdos escolares e os conhecimentos previamente construídos por eles, num processo de articulação de novos significados.

Dessa maneira, dar significado àquilo que já é conhecido no âmbito da pedagogia antirracista seria como conhecer um assunto mesmo não o tendo como propriedade, conferindo

um novo signo para o tema e construindo uma vivência antirracista e de reconhecimento. Nascimento (2011) relaciona a importância dos saberes já absorvidos pelo educando e/ou assuntos que são parte de sua vivência, pontuando que, mesmo já tendo ideias pré-estabelecidas, é possível modificar o ponto de vista acerca de assuntos que colaboram para o letramento racial, como identidade negra: “Além disso, oportunizamos a valorização ao meio sociocultural de origem e vivência dos alunos, criando relação entre os conteúdos apresentados e o espaço cultural no qual estavam inseridos” (Nascimento, 2011).

É possível unir aprendizagem significativa com a questão interdisciplinar, visto que esse caminho deixa para o professor uma oportunidade de reconhecer saberes nas mais diversas áreas curriculares encontradas em sala de aula. Temas como racismo não são exclusivos de somente uma área de conhecimento, disciplina ou componente curricular, portanto precisam estar presentes em todos os pontos de atenção da prática pedagógica, em todos os ambientes da escola. Lemos (2022) traz considerações que ajudam a relacionar a inserção de várias disciplinas com a abordagem antirracista:

> (...) essa relação entre as disciplinas, hoje organizadas de forma fragmentada, seja apreendida. (...) sobre o papel do docente frente a essa problemática, pois apesar das limitações, ele pode e deve lançar mão de práticas pedagógicas voltadas à superação do racismo escolar (Lemos, 2020).

Ainda sobre a categoria *Ensino antirracista, aprendizagem significativa e interdisciplinaridade*, é importante pontuar que a interdisciplinaridade não deve se limitar ao campo das práticas antirracistas. É sabido por muitos na educação que a fragmentação curricular pode atrapalhar o desenvolvimento do educando nas disciplinas e componentes da BNCC, bem como da parte diversificada, que ajudam o estudante em sua formação socioemocional. Dessa forma, compreender tal importância ajuda os profissionais da prática pedagógica a construírem uma visão unitária do aprendizado do aluno, não só se preocupando com o componente que lecionam, mas com toda a formação que acontece dentro e fora da sala de aula.

É necessário pensar nesse conceito não só como uma abordagem, mas também uma metodologia. É preciso encarar a quebra de barreiras que são as disciplinas do currículo como uma forma de disponibilizar para quem aprende uma visão única do aprendizado, dando uma dimensão relacional àquilo que se aprende. Com essa visão, o estudante consegue enxergar o aprendizado como uma ação que não está apenas centrada em avaliações e atividades de um determinado professor e de uma determinada disciplina, mas entende que ele está acontecendo

a todo momento e em todos os lugares dentro da escola, ou seja, acontece de forma orgânica. Thiesen (2008) afirma:

> (...) interdisciplinaridade é um movimento importante de articulação entre o ensinar e o aprender. Compreendida como formulação teórica e assumida enquanto atitude, tem a potencialidade de auxiliar os educadores e as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de currículo, de métodos, de conteúdos, de avaliação e nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem (Thiesen, 2008).

Por fim, ainda dentro da categoria *Antirracismo como fator de formação integral do aluno*, a democratização do pensamento entra como evidência do processo de letramento. Ouvir ideias plurais dentro de um espaço que precisa ser plural se faz necessário para alcançar objetivos centrais dentro do ambiente de gestão democrática[10]. É necessário pontuar que a palavra 'gestão' não se refere apenas ao âmbito da administração. Para além de princípios administrativos, essa visão democrática se estende à visão do estudante e da comunidade escolar como um todo, sobre todos os assuntos de interesse da escola. Partindo do pressuposto de que a vivência é o ponto inicial de uma aprendizagem significativa, esses atores precisam ser considerados em todas as etapas do planejamento escolar. Passador (2013) pontua a necessidade de envolvimento de todos os atores da cena escolar, alegando uma predisposição ao fracasso, caso essa ação de agregação não seja implementada ou alcançada:

> De resto, a primeira consideração a ser feita sobre isso se relaciona justamente à disposição democrática que os sujeitos do universo escolar (e educacional) devem ter, sem a qual, ferramenta alguma parece possível de alcançar êxito. A questão de fundo é: a democracia demanda participação e disposição ao diálogo.

Ainda no âmbito da gestão, é relevante pontuar ações para a equidade. Na rede capixaba, é considerada como política de estado a consolidação desse tipo de abordagem dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Educação – SEDU. Acreditando ainda no princípio da aprendizagem significativa, elencada em uma das categorias deste trabalho, essa estrutura de administração também interfere na dinâmica de práticas antirracistas das unidades escolares da rede.

Partindo do princípio da representatividade, essa ideia de gestão para equidade incentiva a construção de um ambiente favorável à inserção de pessoas negras no ambiente escolar, como cargos de gestão e chefia. Mas, para além disso, esse tipo de orientação também se preocupa

[10] A gestão democrática na escola é um modelo de gestão que busca promover a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões (Brasil, 2018).

em conscientizar profissionais não racializados a adotar uma posição de defesa da ideia de mitigação das desigualdades. A SEDU (2023) pondera que:

> Seu objetivo [gestão para equidade] é contribuir para a permanência dos estudantes na escola, a melhoria da aprendizagem e a redução das desigualdades educacionais. Sua atuação é baseada em evidências valorizando a diversidade e acelerando transformações por meio da gestão.

Por tudo isso, é possível encontrar pontos em comum entre as categorias que buscam expandir a ideia de inclusão, destacando-se o compromisso de trazer para dentro quem está fora, com o objetivo muito além de apenas estudar as desigualdades, mas entender os motivos que levam a elas.

Dessa maneira, as informações trazidas neste trabalho mostram que a educação antirracista por meio de práticas no ambiente escolar se mostra desafiadora, porém não impossível de ser realizada. Encontrando um ambiente favorável e valorizando as experiências particulares e as vivências da comunidade escolar, os professores mostraram de forma positiva a viabilidade de garantir para o estudante o direito a uma educação ampla e plural.

7 PRODUTO CONSOLIDADO: SEQUÊNCIA DIDÁTICA ANTIRRACISTA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O resultado deste trabalho foi um produto didático estruturado segundo as orientações do Programa de Mestrado Profissional Novas Tecnologias Digitais na Educação, da UniCarioca. Ele foi construído de acordo com estudos realizados durante a fase de elaboração do referencial teórico e aprofundado nos relatos de experiência e suas inferências.

Dessa maneira, foi proposta a construção de um *e-book* com material para desenvolvimento de planejamentos e sequências didáticas antirracistas como material didático. Um dos objetivos é que esse material possa servir como base e fonte de apoio para o fazer pedagógico. A construção do produto didático proposto seguiu as recomendações do documento da área de pesquisa que versa sobre as particularidades dos programas de pós-graduação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2019), que diz:

> (...) o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado (Brasil, 2019, p. 16).

7.1 Descrição do produto

O *e-book* é composto por sugestões de atividades pedagógicas que visam auxiliar a construção de planejamentos que dialoguem com a temática do antirracismo. Ele foi elaborado com o intuito de subsidiar futuras ações a serem desenvolvidas em sala de aula. O material foi construído seguindo as ideias de um combate às estruturas da branquitude que estão presentes em todos os lugares (Bento, 2022), inclusive na escola, em sala de aula.

Como já citado anteriormente, o modelo de apresentação desse material levou em consideração a realidade de muitas escolas que não contam com aparato tecnológico, sendo um artifício de fácil utilização e que não demanda estar *on-line* para ser utilizado.

O livro foi organizado com a seguinte estrutura editorial:

- Introdução
- Sequência didática 1

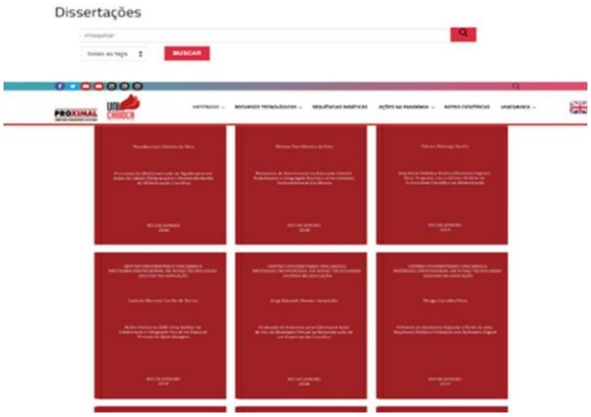
- Sequência didática 2
- Sequência didática 3
- Sequência didática 4
- Habilidades contempladas
- Referências bibliográficas

Para a utilização do material, será necessário, após a defesa desta dissertação, acessar o link: https://proximal.unicarioca.edu.br/portal/dissertacoes/ e localizar esta dissertação, bem como o material didático proposto.

Figura 14 – QR Code

Fonte: Autoral (2023).

Figura 15 – Site da UniCarioca



Fonte: https://proximal.unicarioca.edu.br/portal/dissertacoes/.

Esse material possui como público-alvo educadores da Educação Básica que atendam e estejam atentos às necessidades de iniciar a prática antirracista nas escolas.

Sendo utilizado em sala de aula na etapa do relato de experiência realizado em campo, o *e-book* se mostrou relevante, visto que as sequências didáticas aplicadas pelos professores resultaram em um *feedback* positivo, como demonstrado no capítulo de análise de dados desta dissertação.

Por fim, espera-se que a publicação e divulgação do *e-book* de criação de sequências e planejamentos didáticos contribuam para uma melhor organização didática do trabalho antirracista realizado nas escolas, a fim de que possamos concretizar uma verdadeira ação de combate na diminuição de desigualdades, bem como uma inclusão ampla e eficaz dos alunos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi fonte de inspiração para construir uma visão mais desafiadora e realista sobre a necessidade de implementar, dentro da sala de aula, metodologias e estratégias pedagógicas que consigam fornecer ao professor, além de base, meios de implementação das legislações e obrigações que versam sobre a prática antirracista dentro das escolas e, de forma particular, dentro da sala de aula.

A partir das definições encontradas no relato de experiência e observadas através do processo de análise e correção de rota oferecido pelos professores, foi possível enxergar a viabilidade do produto proposto na fase final desta dissertação.

O reconhecimento da necessidade de implementar uma cultura inclusiva dentro das unidades escolares foi um despertar observado neste trabalho. Entender que a escola precisa refletir melhor sobre suas ações para com os alunos e para com a comunidade, seja na construção de novos saberes ou na valorização de vivências pré-estabelecidas pelos alunos, consolida a oportunidade de uma nova guinada na consciência política e humana dos educadores e, como consequência, dos alunos que compõem a comunidade escolar.

Os achados deste estudo foram importantes para adquirir uma consciência plural em relação às situações dentro da sala de aula, visto que muitas vezes a prática pedagógica curricular presente nos planejamentos invisibiliza as habilidades socioemocionais e atitudinais do aluno, fazendo com que os professores não percebam que determinados assuntos estão mais próximos deles do que aqueles trazidos nos documentos e orientações.

Através desta pesquisa também foi possível entender que o conhecimento muitas vezes não é entendido, mesmo estando presente dentro das escolas. O trabalho mostrou que ainda se espera uma formação que geralmente os professores já possuem, que vai além de marcos legais e/ou currículos propostos, construída nos saberes que darão base à aprendizagem significativa dos estudantes.

A partir dos *feedbacks* apresentados pelos professores que participaram deste trabalho, foi possível constatar que o material didático foi avaliado de forma positiva, pois suscitou debates e preencheu, direta ou indiretamente, uma lacuna no arcabouço de materiais para o debate de determinados temas dentro de sala de aula, como a questão da obrigatoriedade do ensino da cultura africana, problemas do racismo no Brasil e práticas antirracistas.

É importante também entender que a pesquisa observa o cenário para dar base e condições para futuras discussões. Quando se analisam dados principalmente de pesquisas qualitativas que envolvem educação, que é um campo social que demanda atenção,

investimento e cuidado, se propõe construir o futuro baseado nas ações do presente, como quanto à promoção da valorização da identidade negra. Quando se aborda a educação antirracista, não se vislumbra apenas um futuro diferente, mas sim a construção de um presente que modifique significativamente a vida dos estudantes envolvidos no processo. Como apresentado nos *feedbacks* trazidos pelos professores, foram observadas mudanças comportamentais no âmbito das questões raciais de alunos e atores do ambiente escolar durante a aplicação das sequências didáticas propostas pelo material.

Por fim, a presente dissertação demonstrou ser um material de estudo para discussões pedagógicas acerca da educação antirracista no ambiente escolar. Mostrou-se ainda eficiente para suscitar discussões entre educadores para o exercício cidadão de provocar mudanças na vida dos alunos em prol de uma escola mais diversa e plural, dentro da esfera das questões raciais, principalmente. Entretanto, é necessário ainda um aprofundamento dos estudos envolvendo as relações étnico-raciais, bem como encontrar caminhos para a utilização do currículo em favor de questões que versem sobre inclusão, diversidade e equidade no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/01/2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http//www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 28/01/2023.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em: 12/09/2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto. gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28/01/2023.

BRASIL. **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília, DF: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 26/01/2023.

BRASIL. **Contribuições para a Implementação da Lei nº 10639/2003**: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/publicacoes/item/4-contri-buicoes-para-implementacao-da-lei-10-639. Acesso em: 12/09/2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2009. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 20/03/2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

CAMPOS, M. M. Para que serve a pesquisa em educação?. **Cad. Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 269-283, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100013. Acesso em: 26/01/2023.

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Rev. Bras. Educ.**, n. 28, p.77-95, 2005. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/ S1413 24782005000100007. Acesso em: 11 jul. 2023.

COSTA, Najara Lima. Colorismo. **Revista Raça**, agosto de 2018. Disponível em https://revistaraca.com.br/colorismo. Acesso em: 04/04/2023.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Nós, afro-descendentes**: história africana e afro-descendente na cultura brasileira. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

COELHO, Géssica Elias de Paulo. A prática pedagógica do professor mediador e a motivação no processo de ensino e aprendizagem. **Multivix**, v. 5, n. 1, p. 1-15, jun. 2018.

ESPÍRITO SANTO. **Resolução CEE/ES nº 3.777, de 08 de maio de 2014**. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo. Vitória: 2014. Disponível em: https://cee.es.gov.br/Media/cee/3777-2014/Res3777-2014-atualizada.pdf. Acesso em: 02/08/2023.

ESPÍRITO SANTO. **Currículo do Espírito Santo (Volumes 06 a 09, Ensino Fundamental – anos finais)**. Vitória: Secretaria de Educação, 2020. Disponível em: https://curriculo.sedu.es.gov.br/curriculo/ documentos. Acesso em: 04/02/2023.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 154-R, de 17 de dezembro de 2020. Disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais e dá outras providências. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vitória, ES, nº 25.386, p. 32-37, 18 de dezembro de 2020c. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/ht- ml/5308/#e:5308. Acesso em: 20/06/2023.

ESPÍRITO SANTO. **Sistema de Gestão Escolar (SEGES) – Painel de Monitoramento**. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2022. Disponível em: https://educacao.sedu.es.gov.r/dados-educacionais. Acesso em: 26/06/2023.

ESPÍRITO SANTO. **Diretrizes Estratégicas SEDU 2023**. Vitória: Secretaria de Educação, 2023. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/DIRETRIZES%20PEDAG%C3%93GICAS%20 2023%20NOVA%2002.pdf. Acesso em: 25/01/2023.

ESPÍRITO SANTO. **Portaria 168-R, de 23 de dezembro de 2020**. Estabelece normas e procedimentos complementares referentes à avaliação, recuperação de estudos e ao ajustamento pedagógico dos estudantes das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do estado do Espírito Santo. Vitória: 2023. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/html/4623/#e:4623. Acesso em: 04/08/2023.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 18/04/2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html. Acesso em: 25 abr. 2023.

LEITE, S. A. S. A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 9, n. 3, p. 17-19, 1989. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98931989000300007. Acesso em: 18/04/2023.

LEMOS, Anna Paula Soares. Interdisciplinaridade: uma possibilidade para superar o racismo na escola. **E-scrita**, Nova Iguaçu, v. 11, n. 1, p. 231-241, jan. 2020. Disponível em: https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/index. Acesso em: 17 set. 2023.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. São Paulo: Brasiliense, 1933.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, A. R.; CRISTÓVÃO, V. L. L. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão/SC, v. 6, n. 3, p. 547- 573, 2006.

MADEIRA, G. D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, n. 133, p. 463-79, set. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.154. Acesso em: 17 set. 2023.

MARQUESE, R. B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, n. 74, p. 107-23, mar. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007. Acesso em: 17 set. 2023.

MARTINS, A. M.; MACHADO, C.; FURLANETTO, E. C. Mediação de conflitos em escolas: entre normas e percepções docentes. **Cad. Pesqui.**, v. 46, n. 161, p. 566-592, jul. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053143798. Acesso em: 17 set. 2023.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Luciana Guimarães. Prática antirracista e aprendizagem significativa – a tecitura do conhecimento no 1º ciclo de formação. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 03, p. 03-05, jun. 2011. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/23/praacutetica-antirracista-e-aprendizagem-significativa-ndash-a-tecitura-do-conhecimento-no-1ordm-ciclo-de-formaccedilacirco. Acesso em: 17 out. 2023.

PASSADOR, C. S.; SALVETTI, T. S. Gestão escolar democrática e estudos organizacionais críticos: convergências teóricas. **Educação & Sociedade**, v. 34, n.123, p. 477-492, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200009. Acesso em: 17 set. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Isabelle Lopes Bitarães *et al*. Racismo sem racistas: entendendo o racismo estrutural. **Planeta Inovação**, Belo Horizonte, v. 03, n. 01, p. 01-12, ago. 2019.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. Tradução de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Agir, 2015.

SAMOYAULT, Tiphaine. **A intertextualidade**. Tradução de Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, Júlio (ed.). **O preconceito**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; Secretaria de Estado da Cultura; Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; SANTOS GOMES, Flávio (ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Â. R. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 27, n. 103, p. 271-290, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601470. Acesso em: 17 set. 2023.

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 545-554, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010. Acesso em: 17 set. 2023.

VALIM, R. L. M.; MACIEL, T. M. F. B. A importância da etapa preliminar de campo sistematizada pela Resolução no. 510 do CNS para definição das Bases de uma Pesquisa Psicossocial. **Saúde Ética & Justiça**, v. 23, n. 1, p. 11-20, 2019.

VELOSO, Augusta Maria Fontes. O sujeito invisível: para além de um currículo inclusivo. **Educação Básica em Foco**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 1-6, mar. 2020.

APÊNDICES

Apêndice A – Parecer Consubstanciado do CEP

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A construção do letramento racial mediado por sequências didáticas e tecnologias digitais

Pesquisador: EDUARDO DE ALMEIDA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76298623.1.0000.5073

Instituição Proponente: ASSOCIACAO CARIOCA DE ENSINO SUPERIOR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.595.064

Apresentação do Projeto:

A educação antirracista representa o tema sobre o qual está se debruçando esta dissertação intitulada "A construção do letramento racial mediado por sequências didáticas e tecnologias digitais". A respeito deste tema é importante mencionar, que a escola precisa ser palco de debate e ambiente de transformação, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) preconiza em seu artigo terceiro uma educação que busca a diversidade.

Esta pesquisa questiona a não existência de materiais e práticas que construam uma imagem de protagonismo e luta antirracista na educação infantil e básica. A não existência de um referencial de ampla abordagem acerca deste tema, mesmo sendo um assunto amplamente debatido em teoria na academia, faz com que práticas exitosas não sejam observadas em escolas de educação básica.

Acredita-se que é necessário construir mecanismos que auxiliem os professores a abordarem de forma natural uma linguagem sem preconceitos de qualquer forma ou marca para se construir uma prática educacional antirracista. Relatar como a educação antirracista a partir de uma proposta de ressignificação de livros infantis aliada a recursos digitais, contribuem para a uma abordagem inclusiva em sequências didáticas pensadas para alunos de séries e alfabetização do Ensino Fundamental.

Para alcançar tal objetivo geral há que se: (1) realizar pesquisas bibliográficas para delinear os conceitos de racismo estrutural, educação inclusiva e práticas antirracistas na educação; (2)

Endereço: Rua Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, nº 215 - Faculdade de Direito de Vitória, bloco B, térreo,
Bairro: Santa Lucia **CEP:** 29.056-295
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3041-3669 **E-mail:** comitedeetica@fdv.br



pesquisar a respeito de práticas pedagógicas antirracistas bem-sucedidas realizadas em escolas brasileiras na última década; (3) realizar preliminar de pesquisa nos moldes da resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2016) a fim de corroborar elementos estruturantes desta pesquisa (problema, hipótese, objetivo geral e específicos), bem como metodologia estruturante do campo; (4) realizar relato de experiência, seguindo as orientações de Mussi et al (2021), que preconiza que sua contribuição versa da apresentação de roteiro para a descrição e crítica reflexiva da experiência relatada, e Dias (2017) que aponta o Relato de experiência como um método exitoso em pesquisas educacionais semelhantes a realizada na construção desta dissertação; (5) analisar dados de campo à luz dos dados bibliográficos valendo-se da técnica da leitura flutuante de Bardin (2016).

o Autor aponta que esta dissertação respeitará os parâmetros éticos propostos pelas Resoluções 510/2016 e 466/2012 ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2016; BRASIL, 2012). Certos autores serão fundamentais para o desenvolvimento do marco teórico desta dissertação, a saber, Paulo Freire (1968), Ângela Davis (2013), Milton Santos (1998) e Maria Aparecida Silva Bento (2002). Espera-se, no final, disseminar as práticas antirracistas em turmas de educação infantil e alfabetização, por meio do desenvolvimento de material didático que contribua efetivamente para a ação dos professores com práticas antirracistas e não discriminatórias.

O arcabouço legal da educação brasileira (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– Lei 9394/96) e outros dispositivos legais como a Base Nacional Comum Curricular (Nova BNCC), indicam a necessidade de uma educação acolhedora, que trate dos aspectos sociais fundamentados em educação diversa que respeite particularidades e levam a uma visão mais ampla a terminologia de “inclusão”.

Neste prisma, a inclusão, exemplificada pelo viés antirracista, sobretudo no âmbito
educacional, é um direito de todos e um dever do Estado como mantenedor de um estado de bem-estar social igualitário, defendido pelo texto constitucional de 1988. Apesar de ser uma necessidade consensual, uma educação diversa que busca alcançar uma diversidade social e racial é um desafio que o Estado brasileiro precisa superar.

É muito comum que os alunos não se reconheçam em grande parte dos assuntos representados e trazidos para sala de aula pelos seus professores, seja por meio de currículo oficial ou até mesmo o currículo oculto. Tal discrepância encontrada na sala de aula entre o que é observado nos currículos escolares muitas das vezes acontece devido uma falta de representatividade nas atividades desenvolvidas em sala de aula ou até mesmo em prática pedagógica que se debruce sobre a necessidade de



atualizar conceitos ou estruturas que não mais refletem a sociedade em que o aluno e o professor estão inseridos (VASCONCELLOS, 2011).
Desta maneira, espera-se que o as observações e práticas desenvolvidas possam contribuir para uma ampliação da visão de diversidade racial em alunos da rede municipal de ensino de Mimoso do Sul (ES), bem como contribua para a construção de novas práticas pedagógicas acerca do tema racial.

A pesquisa de campo utilizará o método de coleta de dados definido por Gil (2008) como entrevistas individuais, compostas por perguntas abertas e fechadas. Os participantes desta pesquisa serão docentes da rede municipal de ensino de Mimoso do Sul/Es, participarão os educadores de diferentes escolas, que demonstrarem interesse pela temática estudada. Os mesmos serão informados dos riscos e benefícios desta pesquisa, receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
A entrevista será o método de coleta de dados desta pesquisa. Inicialmente, as perguntas das entrevistas serão sobre o nível de formação acadêmica.
Os questionamentos serão realizados para conhecer melhor os educadores participantes da pesquisa e para estabelecer um vínculo de conhecimento pessoal entre entrevistado e entrevistador. Posteriormente, as perguntas serão realizadas com a intenção de conhecer as realidades dentro de sala de aula, percebendo e partilhando vivências. Analisando outras experiências para assim propor um produto que possa ter importância social e didática sendo utilizado como fonte de inspiração e recurso para o professor desenvolver projetos e atividades que fortaleça as relações étnico raciais no ambiente escolar.
As perguntas serão:
Qual é o maior desafio encontrado hoje no seu fazer docente?
Durante a sua trajetória docente, você já sentiu dificuldade em abordar algum tema que verse sobre a temática racial?, fale sobre essa vivência.
De acordo com a sua observação diária no espaço escolar e prática docente, qual é o maior desafio encontrado para se trabalhar projetos integradores e ou sequências didáticas interdisciplinares?
Você pode descrever quais as dificuldades mais notórias que os alunos das séries iniciais apresentam no tratar do ensino da cultura afro?
Com base em sua vivência escolar, como você caracterizaria o processo de letramento racial dos estudantes?

Os educandos estão desenvolvendo satisfatoriamente a habilidade socioemocionais no que se diz respeito à consciência racial?

Você tem alguma sugestão que possa favorecer o ensino e aprendizado com relação a lei 10.639/03?

Em sua opinião, o uso de uma metodologia ativa e não tradicional pode ajudar a quebrar resistências quanto à abordagem de questões raciais?

Você encontra dificuldade em trabalhar sequencias didáticas com temas interdisciplinares ou projetos integradores?

Como você relaciona as habilidades socio emocionais com temas socias como a temática racial?

Escreva um pouco sobre seu ponto de vista acerca da obrigatoriedade do trabalho e ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Relatar como a educação antirracista a partir de uma proposta de ressignificação de livros infantis aliada a recursos digitais, contribuem para a uma abordagem inclusiva em sequências didáticas pensadas para alunos de séries de alfabetização do Ensino Fundamenta e Infantil.

Objetivos Específicos:

1) Identificar quais são os principais desafios no processo de ensino/aprendizagem que um professor enfrenta no dia a dia da sala de aula e analisar suas metodologias pode auxiliar o professor a superá-los ou, pelo menos, minimizá-los;

2) Apontar os principais aspectos positivos e as dificuldades na utilização da luta antirracista como metodologia de ensino;

3) Verificar se, após conhecer e trabalhar com a Metodologia, os professores se utilizam na sala de aula novamente e indicariam a seus colegas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Quanto ao risco da pesquisa- não há possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente, entretanto alguns entrevistados podem desistir da pesquisa ao se depararem com alguma pergunta que traga a tona alguma experiência vivenciada em algum momento.

BENEFÍCIOS

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA

Identificação dos principais desafios no processo de ensino/aprendizagem que um professor enfrenta no dia a dia da sala de aula.
Analise e propostas de metodologias que possam auxiliar o professor a superar desafios no ensino e prática de relações étnico raciais.
Contribuição na Formação de um referencial teórica para a formação de material humano que contribua na mudança de pensamento de alunos quanto a questão de inclusão e pratica antirracistas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Não há.

Recomendações:
Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
A pesquisa tem extrema pertinência acadêmica, eis que a construção do letramento racial na educação (principalmente infantil e de base) é um tema escasso à comunidade acadêmica. Levando em consideração que a um dos principais vetores para se debater e promover a luta antirracista é a sala de aula, o estudo baseado em sequencias didáticas e tecnologia digitais pode fazer surgir soluções de como enfrentar o problema das questões envolvendo o racismo a partir da sua base, que é a escola.
Ademais, a quantidade de participantes, o critério a para escolher os participantes, o local da pesquisa, os instrumentos a serem utilizados, a análise dos dados, o tempo a forma e os procedimentos para a pesquisa estão descritos no projeto, bem como o cronograma (em que pese não constar o ano), respeitando a submissão ao comitê de Ética em Pesquisa se fazem presente na pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2170756.pdf	01/11/2023 11:09:33		Aceito

Endereço: Rua Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, nº 215 - Faculdade de Direito de Vitória, bloco B, térreo,
Bairro: Santa Lucia **CEP:** 29.056-295
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3041-3669 **E-mail:** comitedeetica@fdv.br

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA

Continuação do Parecer: 6.595.064

Folha de Rosto	folhaderostocorrigido.pdf	01/11/2023 11:06:49	EDUARDO DE ALMEIDA SILVA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2170756.pdf	10/08/2023 14:15:37		Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	10/08/2023 14:15:14	EDUARDO DE ALMEIDA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	10/08/2023 14:14:40	EDUARDO DE ALMEIDA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	10/08/2023 14:11:00	EDUARDO DE ALMEIDA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLENOVO.pdf	10/08/2023 11:55:18	EDUARDO DE ALMEIDA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto1.pdf	10/08/2023 11:27:20	EDUARDO DE ALMEIDA SILVA	Recusado

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

VITORIA, 20 de Dezembro de 2023

Assinado por:
Ana Claudia Pinheiro Garcia
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, nº 215 - Faculdade de Direito de Vitória, bloco B, térreo,
Bairro: Santa Lucia **CEP:** 29.056-295
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3041-3669 **E-mail:** comitedeetica@fdv.br

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **A construção do letramento racial mediado por sequências didáticas e tecnologias digitais ,** do pesquisador EDUARDO DE ALMEIDA SILVA Abaixo estão relacionadas as principais informações da pesquisa.

1. O estudo se destina a analisar Esta pesquisa questiona a não existência de materiais e práticas que construam umaimagem de protagonismo e luta antirracista na educação infantil e básica.
2. A importância deste estudo se dá porque serve como instrumento de comprovação de uma não existência de um referencial de ampla abordagem acerca deste tema, mesmo sendo um assunto amplamente debatido em teoria na academia.
3. Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes.. espera-se que o as observações e práticas desenvolvidas possam contribuir para uma ampliação da visão de diversidade racial em alunos da rede municipal de ensino de Mimoso do Sul (ES), bem como contribua para a construção de novas práticas pedagógicas acerca do tema racial.
4. A coleta de dados começará em 11/09/2023 e terminará em 29/09/2023
5. O estudo será feito da seguinte maneira: quanto aos procedimentos será realizada pesquisa Bibliográfica, Relato de caso e Documental..
6. A sua participação será nas seguintes etapas: respondendo ao questionário.
7. Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são responder a questões sensíveis, tomar tempo do servidor e divulgação de dados confidenciais. No entanto, no sentido de evitar os riscos e, em caso de sua ocorrência, buscaremos saná-los com as seguintes ações: assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades; garantir a divulgação pública dos resultados; **Descarte de informações confidenciais que vierem a ser divulgadas**. O pesquisador será o único a ter acesso aos dados e tomará todas as providências necessárias para manter o sigilo, mas sempre existe a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. **Em caso de quebra de sigilo, os dados serão descartados.**
8. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente, envolvem a importante etapa de elaboração de estratégias e ações antirracistas na rede municipal de ensino.
9. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
10. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
11. As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
12. O estudo não acarretará nenhuma despesa para você.
13. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu_____, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço d(os,as) responsáve(l,is) pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):
Instituição:
Centro Universitário Carioca - UNICARIOCA
Av. Paulo de Frontin 89, Rio de Janeiro · (21) 2563-1919

RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 2023

Assinatura ou impressão datiloscópica d(o,a) voluntári(o,a) e rubricar as demais folhas

Nome e Assinatura do Pesquisador

ANEXOS

Anexo A – Ata de defesa de dissertação

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO.

Av. Paulo de Frontin, 568 - Rio Comprido,
CEP 20261-243, Rio de Janeiro - RJ.

ATA DE DEFESA DE DISSERTACÃO

No dia 04 (quatro) do mês de março do ano de 2024, às 10 horas, realizou-se a defesa da dissertação de Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação, como requisito final necessário à obtenção do Grau de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação, do **aluno EDUARDO DE ALMEIDA SILVA** com o trabalho intitulado: **A CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL MEDIADO POR SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS**, orientado pelas professoras Verônica Elói de Almeida e Rosa Lidice de Moraes Valim. Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da Banca composta pelos professores Verônica Elói de Almeida, Alessandro Jatobá e Alexandre do Nascimento, as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento. Após exposição oral do candidato e sua arguição pelos membros da banca, a mesma foi de opinião que a dissertação deve ser:
(X) aprovada, tendo o candidato 30 (trinta) dias para entregar as cópias da versão final da dissertação.
( ) aprovada com exigências feitas pela banca examinadora (discriminadas no verso desta folha), tendo o candidato _____ dias para entregar as cópias da versão final da dissertação com as exigências cumpridas.
( ) reprovada.

A Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram desta defesa de dissertação, considerando o candidato **Aprovado**.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada eletronicamente pela presidente da Comissão Examinadora e pelos demais membros da Banca.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024.

gov.br Documento assinado digitalmente
VERONICA ELOI DE ALMEIDA
Data: 04/03/2024 12:17:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Veronica Eloi de Almeida, D. Sc. (UniCarioca) - CPF: 023.822.757-07
(Assinatura Eletrônica - Presidente da Comissão Examinadora)

gov.br Documento assinado digitalmente
ALESSANDRO JATOBA
Data: 04/03/2024 12:54:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Alessandro Jatobá, D. Sc. (UniCarioca) - CPF: 045.499.267-08
(Assinatura Eletrônica - Membro Interno)

gov.br Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE DO NASCIMENTO
Data: 07/03/2024 11:41:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Alexandre do Nascimento, D. Sc. (FAETEC) – CPF 950.667.807-34
(Assinatura Eletrônica - Membro Externo)

gov.br Documento assinado digitalmente
EDUARDO DE ALMEIDA SILVA
Data: 07/03/2024 15:17:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EDUARDO DE ALMEIDA SILVA - Discente
(Assinatura Eletrônica – Discente)

Coordenação do Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação.